

UM AÇORIANO ENTRE TRÊS REGIMES POLÍTICOS. JOSÉ MACHADO DE SERPA (1864-1945)¹

JOSÉ MIGUEL SARDICA

«O Dr. Serpa não deixou uma obra, não foi um leader.
Foi apenas um ilhéu, como eu, como tu, como os demais,
enamorado das ilhas, ambicioso do seu bem estar, alegria e progresso»

Carta de Euclides Costa a Manuel Greaves (1947)

In Manuel GREAVES, *In Memoriam. José Machado de Serpa.*
Colecânea de originais e extractos da imprensa sobre a figura do ilustre açoriano,
Horta, Edição do Autor, 1948.

Sardica, José Miguel (2010), Um Açoriano entre três regimes políticos. José Machado de Serpa (1864-1945). *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, 20: 179-224.

Sumário: José Machado de Serpa é um nome relativamente desconhecido na historiografia açoriana e continental. Nascido na Prainha, na ilha do Pico, em Março de 1864, bacharel de Direito pela Universidade de Coimbra, jornalista, magistrado, ensaísta e erudito, Machado de Serpa foi governador civil da Horta e deputado na Assembleia Nacional Constituinte, em Lisboa, entre Outubro de 1910 e Agosto de 1911, na conjuntura fundadora do novo regime da I República. Seria depois senador, até 1926, altura em que regressou a casa, à sua residência na Horta, para se dedicar à investigação filológica e ao jornalismo de opinião na imprensa

¹ A redacção deste trabalho teria seguramente ficado mais pobre sem o auxílio do Sr. Manuel Machado de Oliveira e do Dr. Luís São Bento, Director da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital da Horta, que me forneceram, com a simpatia, o interesse e a disponibilidade que os caracteriza, documentação e sobretudo cópias de jornais importantes e impossíveis de encontrar em Lisboa. Aqui fica registado o meu sincero agradecimento. Naturalmente, o que haja de mais imperfeito no texto final é da minha exclusiva responsabilidade.

faialense. Morreu em Dezembro de 1945, com 81 anos de idade, ao cabo de uma longa carreira em que revelou sempre uma postura humanista, conciliadora e democrática, equidistante tanto do reaccionarismo como do radicalismo. A sua biografia espraia-se assim por três diferentes regimes políticos: a Monarquia Constitucional, a I República e o Estado Novo. Nasceu, cresceu e educou-se durante a primeira; atingiu o apogeu da sua vida pública durante a segunda; e soube retirar-se para uma privacidade tranquila quando chegou o terceiro. Não pretendendo constituir-se como novo epitáfio, embora assuma o objectivo de resgatar esta figura açoriana do esquecimento, o texto procura recordar o percurso biográfico de José Machado de Serpa com a convicção de que a sua vida constitui um bom ponto de observação do que foram dinâmicas várias da história contemporânea dos Açores e do país, ao longo do arco temporal em que decorreu a sua existência.

Sardica, José Miguel (2010), An Azorean throughout three political regimes. José Machado de Serpa (1864-1945). *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, 20: 179-224.

Summary: José Machado de Serpa is a relatively unknown personality in both the Azorean and Continental historiographies. Born in 1864 in Prainha (a village in Pico island), graduated in Law in Coimbra University, journalist, judge and scholar, Machado de Serpa was Horta's civil governor and member of the National Constituent Assembly in Lisbon between October 1910 and August 1911, during the founding months of the First Portuguese Republic. Senator until 1926, he then returned to Horta, devoting thereafter to philological research and journalism in local press. He died in December 1945, at the age of 81, after a long career that always revealed a humanistic and democratic stance and a reconciling attitude, equidistant from both the reactionaries and the radicals. His biography spreads along three different political regimes: the Constitutional Monarchy, the First Republic and the New State. He was born, raised and studied during the first, reached the heyday of his public life during the second, and withdraw from all political life on the arrival of the third, becoming a discrete, though active, scholar. Unwilling to offer a mere new epitaph, the purpose of this text is to cast light on a forgotten Azorean personality and to recover his character, acts and opinions, on the basis that José Machado de Serpa's life may be considered a privileged observation point of the dynamics driving both the Azorean and Portugal's contemporary history along his lifetime.

José Miguel Sardica – Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa.

Palavras-chave: José Machado de Serpa, jornalismo, magistratura, Governo Civil da Horta, deputado, senador, Assembleia Nacional Constituinte, Faial.

Key-words: José Machado de Serpa, journalism, judge, Horta's Civil Governor, Parliament deputy, senator, National Constituent Assembly, Faial.

1. INTRODUÇÃO

Na tarde do dia 17 de Dezembro de 1945, na casa com o n.º 40 da Rua Vasco da Gama, na freguesia das Angústias da cidade da Horta, morreu, com 81 anos de idade, uma figura bem conhecida e respeitada, não apenas no Faial mas decerto entre toda a população açoriana. Tratava-se de José Machado de Serpa, um velho juiz há muito aposentado, antigo governador civil da Horta, deputado e senador durante a I República, que nos últimos anos de vida se ocupara em investigações filológicas sobre o falar açoriano e em colunas de opinião sobre assuntos vários na imprensa faialense.

Nos dias imediatamente a seguir, os jornais da Horta publicaram notas biográficas e elogios fúnebres sobre o finado. Contrastando com o tom mais oficial do *Correio da Horta* (*Correio da Horta*, 18.12.1945), *O Telégrafo* – folha para a qual Machado de Serpa escrevera, quase até à morte – lembrava-lhe “o coração afectuosíssimo”, o seu “valor”, “honestidade” e “espírito de independência”, salientando o quanto ele desprezara, pela vida fora, “mandos e honrarias”, recolhendo

“modestamente a sua casa ainda em pleno vigor, mantendo inalterável a sua ideologia democrática e o seu liberalismo” (*O Telégrafo*, 21.12.1945). Excepto pelo elogio à democracia e ao liberalismo, não muito usual na prosa jornalística do tempo do Estado Novo, o perfil humano desenhado era o típico da imagem dos vultos públicos do Portugal contemporâneo. Dois anos e meio volvidos, em 1948, um amigo de Machado de Serpa, Manuel Greaves, comporia, com recordações suas e testemunhos alheios, um *In Memoriam* que serve hoje de principal base para o conhecimento que podemos ter deste açoriano², cuja biografia se espria por três diferentes regimes políticos: a Monarquia Constitucional, a I República e o Estado Novo. Nasceu, cresceu e educou-se durante a primeira; atingiu o apogeu da sua vida pública durante a segunda; e soube retirar-se para uma privacidade tranquila quando chegou o terceiro. A cópia de elogios coligidos no trabalho de Manuel Greaves é elucidativa das múltiplas qualidades que distinguiram José Machado de Serpa. Era um “homem culto” e “via-

² Para lá do trabalho de Manuel Greaves, o que hoje há sobre José Machado de Serpa são pequenas notas biográficas, prefaciando um trabalho seu, ou inseridas em dicioná-

rios ou enciclopédias mais ou menos especializados: v. PEREIRA e RODRIGUES, 1912: 828, ARRUDA, s.d., *online*, e MARQUES, 2000: 395.

jado”, um “gentleman”, “bondoso” e “amigo de todos”, com grande “delicadeza de trato”, “bom humor inigualável” e “feitio estóico-epicurista, que lhe permiti[ra] atravessar todas as crises da vida sem uma beliscadura”. “Conversador emérito”, tinha “erudição e graça no falar”, sabendo “narrar com chiste e mangar sem magoar”, como recomendava a velha arte da farpa queirosiana, “que apaixonava a mocidade da sua época coimbrã”. A sua “dicção brilhante”, a sua “ironia paciente e perspicaz”, o seu “lampejo repentista” e a sua “graça intangível” eram características da “fluência e propriedade” da sua linguagem, que a todos encantava, até pelo “extraordinário poder evocativo de homens e factos passados”. Por isso, diziam os amigos, “manejava a nossa língua com uma notável riqueza de termos, adquirida à custa de muita leitura e enaltecendo retenção”. No foro e em vários momentos políticos, em que “bem servira” como “lavrante da pa-

lavra”, revelara sempre “inconcussa probidade”. Na vida privada, entre amigos, admiradores e discípulos, falava sobre tudo – política, sociedade, arte, teatro, literatura – com “o poder vibrátil da sua sensibilidade requintada, os horizontes vastos da sua cultura universalista, a sua elegância e aprumo moral” (GREAVES, 1948: 11, 14, 16-17, 23, 27, 34-35, 39, 48-49).

Desaparecera em suma, em 1945, um homem que a todos os títulos se recomendava à apreciação pública de contemporâneos e vindouros. Não pretendendo constituir-se como novo epitáfio, este texto procura recordar o percurso biográfico de José Machado de Serpa, com a convicção de que a sua vida constituiu um bom ponto de observação do que foram dinâmicas várias da história contemporânea dos Açores e do país, ao longo do arco temporal em que decorreu a sua existência.

2. AS ORIGENS: O MEIO FAMILIAR, OS ESTUDOS E A INICIAÇÃO CÍVICA

As chamadas ilhas açorianas “de baixo” (Faial, Pico, Flores e Corvo) não eram exactamente o melhor lugar para se nascer no Portugal do terceiro quartel do século XIX. Lisboa, a capital e centro do poder político, ficava a dez dias de viagem (com bom tempo), em brigue-escuna ou

na carreira de vapores da Companhia União Mercantil, inaugurada em 1857 (JOÃO, 2004: 88). Ponta Delgada, em São Miguel, ou Angra do Heroísmo, na Terceira, estavam mais próximas, mas isso não chegava para mitigar velhas rivalidades inter-ilhas, que condenavam os “ilhéus de baixo” à

humilde condição de uma periferia da periferia. Nos Invernos mais rigorosos, o Faial e o Pico chegavam a ficar isolados, como penedos perdidos na vastidão do Oceano, colocados pela morfologia frente a frente, mas ainda assim separados pelo mar num estreito e agreste canal, personagem (in)visível da mais famosa das obras de Vitorino Nemésio.

Na altura em que a Regeneração e os melhoramentos materiais do fontismo começavam a dar ao continente um primeiro esboço de desenvolvimento “europeu”, o arquipélago ainda era terra excêntrica e longínqua. Um quadro geral dos Açores nos meados do século XIX não escapa a assinalar o tradicionalismo ancestral da agricultura, a indústria meramente artesanal, a pobreza das gentes, a rudeza do meio e a crónica dependência face ao exterior. A terra, que era escassa, dificilmente alimentava uma sociedade que era ainda, na sua maioria, camponesa e de auto-consumo, vivendo muitas vezes isolada, em bolsas, dentro de cada ilha, onde não abundavam estradas ou caminhos transitáveis³. Cultivava-se trigo, milho, pastel, laranja e vinho; mas os temporais e as pragas não deixavam ultrapassar

o limiar da subsistência básica e o pouco que era exportável – a laranja ou o vinho, dada a crónica insuficiência cerealífera – não permitia nunca equilibrar a balança comercial das ilhas ou diversificar sequer os mercados de destino (JOÃO, 2004: 87). As agruras da terra eram há muito compensadas pelas ilusões do mar. A somar à velha pesca costeira e artesanal, nos meados de Oitocentos era já possível, sobretudo no Faial ou no Pico, ter-se “uma antevisão” da época de ouro dos baleeiros, misto de agricultor e marítimo” que se tornou “o mais feliz dos modelos de intersecção da terra com o mar no arquipélago dos Açores” (MENESES, 2007: 652), e que levaria Raul Brandão a referir-se às populações locais como “lavradores do mar e da terra” (cit. por JOÃO, 2004: 84). Quanto à indústria, ela restringia-se, nas nove ilhas, a actividades caseiras tradicionais – a tecelagem, a destilação, os laticínios – levadas a cabo no modelo produtivo que na Europa se considerava já “pré-industrial” (JOÃO, 2004: 85). A principal consequência do arcaísmo sócio-económico da região era a forte corrente emigratória, que anualmente sangrava a demografia das ilhas. Em

³ Segundo Maria Isabel João, ainda em 1900, 61,5% da população açoriana empregava-se no sector primário, 23% nos “serviços” (domésticos, de comércio e transportes), e

somente 14,5% na indústria (JOÃO, 2004: 78). Não era, ressalve-se, um quadro muito diferente do que se verificava no continente.

1864, data do primeiro censo populacional português, os Açores tinham cerca de 248 mil habitantes, 5,9% do total nacional (MATOS E SILVA, 2008: 84). Todos os anos, antes e depois dessa data, saíam centenas e centenas de insulares rumo ao Brasil ou à América do Norte, o “novo mundo” que tanta atracção exercia sobre aquelas paragens no meio do Atlântico (JOÃO, 2004: 77). Entre 1866 e o final do século XIX, uma média de 3 mil açorianos emigrou anualmente, fosse por pura “motivação individual”, fosse devido à “precariedade económica” e às “grandes clivagens sociais que durante décadas e até séculos caracterizaram a sociedade açoriana” (MATOS e SILVA, 2008: 92; ROCHA, 2008: 288)⁴. Mais do que qualquer outro aspecto do quotidiano ilhéu, a emigração era o mais eloquente testemunho (e o mais imediato escape), de uma vida difícil e precária, que sempre se apresentava “económica, social e culturalmente estagnada, havendo situações de enorme pobreza para uma grande parte da sua população” (ROCHA, 2008: 288).

José Machado de Serpa nasceu a 9 de Março de 1864, na freguesia da Prai-

nha, na costa nordeste da ilha do Pico. Ao tempo, a Prainha era uma das cinco freguesias do concelho de São Roque, e uma das quinze em que se dividia a chamada “ilha montanha”. Fora a segunda povoação construída na costa norte picoense, depois de São Roque, e tivera Igreja matriz – a de Nossa Senhora da Ajuda – edificada na primeira metade do século XVIII. O lugar era modestíssimo, e o próprio Pico uma ilha estranha no contexto do arquipélago açoriano. Como a historiografia local já assinalou, a história do Pico foi sempre a de uma “contradição da imagem mais vulgar da história económica dos Açores” (MENESES, 2007: 647): enquanto nas demais ilhas dominava o cereal, ali o grande produto extraído da terra era o vinho, cultivado em vinhedos escavados na terra negra e vulcânica. Inicialmente, no tempo do povoamento, proliferara o inhame; mas a partir do século XVII, aproveitando o empobrecimento da economia terceirense e rivalizando com o desenvolvimento agrícola e comercial de São Miguel, o eixo Faial-Pico despontara, muito graças à viticultura deste e à crescente projecção de entreposto

⁴ Segundo esta última autora, os valores médios anuais foram de 3.400 emigrantes/ano entre 1890 e 1900, 5.700 entre 1900 e 1910, e 4.400 (uma ligeira quebra), entre 1910 e 1920 (*Ibidem*: 289). O resultado é que,

pelo censo de 1911, a população açoriana contabilizava cerca de 242 mil habitantes, menos do que o registado meio século antes (*Ibidem*: 268).

atlântico daquele (MENESES, 2007: 648-649). Assim, pela Horta chegavam os víveres necessários para alimentar as gentes do Pico, sempre afectadas por crónicas crises de subsistência; em troca, dali se exportava, através da Horta, o vinho e a aguardente picoenses, para a América do Norte, para o Brasil, para a Inglaterra e até para a Rússia – evidenciando um circuito comercial em que a riqueza vitivinícola do Pico servia de sustentáculo à prosperidade económica do vizinho Faial (JOÃO, 2004: 80; MENESES, 2007: 653)⁵.

Em 1864, a população do Pico somava 27.736 habitantes, 11,2% do total açoriano. Era a terceira ilha mais populosa do arquipélago, ligeiramente acima do Faial (que contava 26.264 habitantes), mas bastante abaixo da Terceira (45.895 habitantes), e de São Miguel (105.407 habitantes) (MATOS E SILVA, 2008: 86)⁶. O número de picoenses vinha decrescendo desde a primeira metade do século, muito

devido a uma forte emigração causada por sucessivos anos de más colheitas e pela propagação do *oidium*, que chegara em força aos vinhedos locais (e também a São Miguel), a partir de 1853 (JOÃO, 2004: 80; MATOS E SILVA, 2008: 87). Houve quem então falasse até do fim do “ciclo do verdeelho” (o vinho cultivado nos terrenos de lava). Mas a transplantação de cepas americanas realizada nas décadas de 1870 e 1880 permitiu a recuperação da vitivinicultura local (JOÃO, 2004: 80). Dentro da ilha, o concelho de São Roque era o menos populoso e o mais pobre, por comparação com a Madalena, defronte da Horta, e com as Lajes, na costa Sul.

A família de José Machado de Serpa não era contudo das mais pobres da freguesia da Prainha. De acordo com a sua certidão de baptismo, o pai, José António de Serpa, era “capitalista e proprietário”, o que muito possivelmente significaria um médio comerciante local, dono de algumas parce-

⁵ Como conclui este último autor, “nos Açores, o Pico é aquela ilha que menos pode ser estudada de forma isolada”, formando “um conjunto quase inseparável” de “conexões políticas, económicas e sociais” com o Faial. Infelizmente, em vista da histórica subordinação da “ilha montanha” à “ilha azul”, por causa da tutela administrativa e política da Horta como capital distrital, o Pico acabou por ser uma das realidades insulares “mais lesada pela omissão da História” – demasiado centrada na Terceira

ou em São Miguel ou esquecendo que quando se estuda a história do Faial se está a estudar, por seu intermédio, “parte bem significativa da história do próprio Pico” (*Ibidem*: 652-653).

⁶ Em 1911, o Pico já só teria 21.724 habitantes, e o Faial 20.362. A Terceira e São Miguel, em contraste, registaram ganhos populacionais, ascendendo a primeira a 47.953 habitantes no início da República e a segunda a 116.286 (ROCHA, 2008: 268).

las de terra; a mãe, Isabel Olinda Leal de Serpa tinha por ocupação “o governo de sua casa”. Os avós paternos, naturais da vizinha povoação de São Roque, sede do concelho, eram Manuel José de Serpa e Catarina Tomásia de Bettencourt; os maternos chamavam-se António Dias de Lima e Isabel Francisca da Conceição. O padrinho de baptismo, celebrado na Igreja paroquial de Nossa Senhora da Ajuda, ali mesmo na Prainha, a 19 de Maio desse ano de 1864, foi o vigário da freguesia de São Mateus, da vizinha ilha de São Jorge, cujo nome, Marcelino de Oliveira Serpa, permite imaginar tratar-se de um parente; a madrinha foi Bernarda de Oliveira Serpa, solteira, talvez irmã do vigário jorgense (AUC, *Certidões de Idade*). Nada se sabe sobre a infância de José Machado de Serpa, excepto que a figura do pai foi tutelar e marcante. Um amigo de infância recordaria que José António de Serpa transmitira “a filhas e filhos a sua faísca de inteligência e o seu senso escorreito”. Um dos irmãos de José Machado de Serpa, de seu nome Vítor Machado de Serpa, seria a sua companhia mais próxima, seguindo, como ele, a formação em Direito e a futura carreira na magistratura (GREAVES, 1948: 22). Não se sabe, contudo, que estudos o pai Serpa deu aos filhos, embora se possa imaginar que alguns (todos? quantos?) tenham frequentado a ma-

gra oferta escolar que o Pico possuía naqueles anos – nove escolas em toda a ilha em 1864, sete para rapazes e duas para raparigas, onde estudavam, respectivamente, 340 alunos e 141 alunas (SUPICO, 1864: 146) – na medida em que José Machado de Serpa concluiu o ensino secundário no Liceu da Horta. Foi no Liceu que ele averbou aliás o seu único insucesso escolar documentado, e não por sua culpa. O caso é que as autoridades escolares açorianas, intrigadas pelo facto de na Horta nunca ninguém reprovar, fizeram saber ao Reitor liceal que o corpo docente era ali demasiado benévolo. O Reitor de imediato pediu ao Conselho Escolar “ao menos duas reprovações”. As vítimas foram “um pobre rapazinho de uma freguesia rural faialense, que vinha todos os dias a pé, por falta de meios, filho de um pobre agricultor, portanto sem recomendações”... e o próprio José Machado de Serpa, “que tinha vindo da banda de trás do Pico e ninguém conhecia” (SERPA, 1987: 15). No Liceu da Horta fez Machado de Serpa, com êxito, os exames de Francês (a 23 de Julho de 1878), de Filosofia (a 4 de Agosto de 1879), de Matemática (a 7 de Agosto de 1879), de Latim (a 29 de Julho de 1880), de Português (a 2 de Agosto de 1880), de Introdução à História Natural (a 3 de Agosto de 1880), de Geografia e História (a 4 de Agosto

de 1880), e de Desenho (a 5 de Agosto de 1880) (AUC, *Petições de Matrícula, Direito*). Repare-se que cinco das oito cadeiras foram terminadas no espaço de uma só semana, no Verão de 1880. Tendo decidido (ele, ou o pai por ele), prosseguir estudos superiores no continente, realizaria ainda, no Liceu Central de Coimbra, como aluno externo, o exame final de Filosofia (2.^a parte), a 16 de Agosto de 1881, e o exame final de Latinidade, a 6 de Outubro do mesmo ano (AUC, *Petições de Matrícula, Direito*). Achando-se então “habilitado com os preparatórios exigidos pela lei”, Serpa apresentou, com data de 7 de Outubro de 1881, à Reitoria da Universidade, o pedido de admissão ao primeiro ano da Faculdade de Direito. Ali esteve cinco anos. A 30 de Junho de 1885, ao completar todas as disciplinas do 4.^o ano curricular, sempre com a mais alta classificação de “*Nemine Discrepante*”, tomou o grau de bacharel. Exactamente um ano volvido, a 30 de Junho de 1886, finalizou os exames das disciplinas do 5.^o ano, concluindo assim a sua formatura com habilitação para magistrado – a carreira que entretanto escolhera para a sua vida profissional. A carta final de curso foi emitida em Coimbra, a 6 de Dezembro de 1886 (AUC, *Processos de Carta de Curso*).

Data desse ano o primeiro escrito de José Machado de Serpa, um pequeno

opúsculo intitulado *A Indústria Piscatória nas Ilhas Fayal e Pico*. O facto de ter sido publicado pela Imprensa Académica de Coimbra faz crer que se tratou, originalmente, de um trabalho ou dissertação universitária, talvez a tese final de curso, para a qual o picoense escolheu estudar uma realidade que lhe era familiar.

Motivado pelo desejo de “enaltecer as nossas ilhas açorianas”, “pérolas inestimáveis da coroa portuguesa”, Serpa queria que o seu escrito fosse um alerta para que os poderes cuidassem sem demora do progresso e bem-estar dos povos insulares, “votados até agora a um ostracismo em extremo censurável, quasi criminoso”. Nos seus termos, “o arquipélago açoriano é, em verdade, por sua natureza, rico e fértil [...]. Urge, porém, desenvolver todos os elementos da sua riqueza, todos os ramos da sua economia, a agricultura, as indústrias e o comércio, sobretudo o comércio marítimo, de resto aconselhado pela sua situação geográfica, a meio caminho de três continentes”. Sem essa aposta, a emigração estaria condenada a converter-se “num movimento de expatriação descomunal, desordenado e a todos os respetos infrutíferos”. Interessava-lhe particularmente abordar a actividade da pesca, para que o elogio do trabalho do “agricultor do mar” (como designava os pescadores) saísse realçado e valorizado, o que seria uma maneira

de combater o preconceito classista que, mesmo nos Açores, havia em relação a uma profissão tradicionalmente considerada de “condição baixa”. Era esse o objectivo do opúsculo, que ele anunciava ser apenas o primeiro de uma série “que me proponho escrever sobre o arquipélago açoriano” (SERPA, 1886: VII-X)⁷.

O escrito tinha seis pequenos capítulos, todos visando deixar sugestões práticas para o melhoramento geral da actividade piscatória. Começava por abordar as condições da pesca costeira no norte do Pico, onde a figura social típica era o “pescador-lavrador”. Para melhorar a condição daquela gente e “tonificar uma indústria” que, bem apetrechada, poderia ser uma importante fonte de receita local, sugeria que ali se introduzissem pequenos barcos a vapor para a pesca, dotados de meios que lhes permitissem um maior afastamento do litoral e uma maior independência face aos ventos (SERPA, 1886: 19-20). Especificamente para a actividade baleeira, onde ainda havia “muito a fazer”, urgia instituir uma associação de socorros mútuos para “as vítimas de tão arriscado trabalho”, ou ao menos um fundo de reserva constituído por quotizações tiradas

das vendas do produto (SERPA, 1886: 26-30). A caça à baleia era fundamental no orçamento das ilhas do Faial e Pico e, além disso, um escape ao serviço militar no continente, à “vida de caserna” em Lisboa, que era coisa particularmente odiada pelos açorianos. Era essa a razão por que, “evitando as fileiras de Marte”, tantos ilhéus “se arregimenta[vam] nas de Neptuno” (SERPA, 1886: 32-33).

Uma descrição de uma pequena comunidade piscatória na Horta servia a Serpa de pretexto para considerações sócio-económicas. Era um meio onde “a penúria gera a imprevidência”: demasiados filhos, “como diria qualquer malthusiano”, sem escola, comida ou habitação condigna, no meio de muita miséria moral e corruptora. Era por isso que a melhor organização da pesca, sobre ser útil, era até uma “tarefa humanitária” (SERPA, 1886: 37-42). Um importante entrave era porém a carga fiscal que impedia sobre o pescado. A taxaço vinha desde as *Ordenações Manue-linas*; era tempo de a reduzir, pedia Serpa, impedindo que o “malandrim” do guarda-fiscal “metesse a mão na sacola do mendigo” – porque era no limiar da mendicidade que viviam muitos dos “lavradores do mar”,

⁷ Na contracapa, indicava-se que o produto das vendas do trabalho reverteria para a compra de livros sobre pesca “para serem

distribuídos pelas escolas primárias do distrito da Horta, pelos alunos filhos de pescadores”.

tanto mais que, não havendo salinas nos Açores, o sal necessário à conservação do pescado ia de Aveiro ou de Setúbal, ali chegando caríssimo pelos impostos do frete naval (SERPA, 1886: 43-44, 46-47).

A terminar, Serpa fazia um elogio e um apelo à organização de exposições sobre a pesca – como “certamens civilizadores” e “museus de instrução” – lamentando que em 1883, na exposição de pescaria de Londres, Portugal tivesse primado pela ausência. Dera-se até o caso, contava ele, burlesco e ofensivo, de os promotores ingleses, que tinham chegado a reservar um pavilhão para a representação portuguesa terem, à última hora, convertido a estrutura num... urinol público! (SERPA, 1886: 52-54) Em reacção, sugeria que as Câmaras Municipais do Faial e Pico, conjuntamente com as escolas, organizassem uma exposição de materiais, técnicas e produtos de pesca, em pequenos pavilhões móveis montados “na encantadora baía de Porto-Pim”, onde até seria possível realizar, em barcos de instrução, demonstrações no domínio do lançamento de redes de “variados feitios e espécies” (SERPA, 1886: 56). Era, em suma, tempo de o progresso chegar aos Açores e de profissionalizar uma actividade de que tanta gente ali dependia. “É preciso” – concluía ele – “que os nossos pescadores se convençam de uma vez para sem-

pre da falsidade do anexim popular ‘quem pesca um peixe pescador é’. O verdadeiro pescador tem necessidade de conhecer todos os segredos da sua arte, porque longe vai o tempo de surpresas em assuntos desta ordem” (SERPA, 1886: 58).

Ernesto Rebelo, que andava então a redigir as suas *Notas Açoreanas*, ouviu falar no opúsculo de Machado de Serpa – e tanto que decidiu, de imediato, recensê-lo na sua própria obra. Segundo ouvira dizer, *A Indústria Piscatória...* era apenas o primeiro de “uma série de estudos sobre interesses açorianos que este ilustre fayalense se propõe dar à estampa”. Mas do que já era possível ler, Machado de Serpa revelava “notáveis aptidões de bom escritor e demorada atenção dos recursos insulanos e da nossa maneira de viver, merecendo assim a boa aceitação de homens ilustrados, tanto mais que a leitura desse opúsculo é assaz interessante pela grande cópia de investigação que encerra”. Anunciando-se para breve o lançamento de uma revista ilustrada na Horta – de que Serpa seria redactor, segundo Ernesto Rebelo – acrescentava este: “temos muito a aguardar do levantado talento do Dr. Serpa, e se, como estudante, conquistou um nome laureado, na imprensa açoriana a sua carreira será proveitosa e consoante ao seu incontestável mérito” (REBELO, 1887: 114).

3. A MILITÂNCIA MONÁRQUICA NA IMPRENSA E A MAGISTRATURA

Finalizada a licenciatura em Direito, em Coimbra, a primeira nomeação recebida por José Machado de Serpa, logo no Verão de 1886, foi para o Tribunal da Boa-Hora, em Lisboa, onde começavam muitos e muitos recém-licenciados em Direito (*Correio da Horta*, 18.12.1945). Mas Serpa não chegou a tomar posse do lugar na capital. Apenas duas semanas depois do último exame universitário realizado, o jovem diplomado regressou à Horta para ali iniciar a sua carreira. Numa pequena nota local, *O Fayalense* escrevia: “Completo a sua formatura em Direito o Sr. José Machado de Serpa, filho do Sr. José António de Serpa, abastado proprietário desta cidade. O novel bacharel chegou de Lisboa no paquete, assim com os seus exmos. pais que estavam em São Miguel. A todos damos os nossos parabéns” (*O Fayalense*, 18.7.1886)⁸.

Serpa tinha então 22 anos. Para um jovem diplomado que, no continente, contactara decerto com novas leituras, novas ideias e novas expectativas políticas, o regresso aos Açores tinha de significar acção cívica e participação política. Não se pode, contudo,

dizer que a sociedade açoriana fosse, ao tempo, muito politizada. Como no continente, o analfabetismo era ali uma realidade esmagadora. De modo que a reflexão ideológica era apanágio de um punhado de letrados, jornalistas e influentes locais, todos convergindo – a despeito de naturais fricções partidárias – numa cultura política que era a marca-de-água do discurso açoriano no último quartel do século XIX. Essa cultura política era a da reivindicação de aspirações autonomistas e, no limite, separatistas mesmo, perante um continente que os ilhéus serviam com dedicação mas do qual pouco ou nada recebiam, em gratidão demonstrada ou melhoramentos materiais derramados.

Desde que os açorianos tinham ajudado o Estado liberal a implantar-se, na Guerra Civil contra os absolutistas, décadas atrás, a relação entre o arquipélago e os poderes continentais tornara-se um tema quente, de expectativas por cumprir e de ressentimentos mais ou menos declarados. É verdade que em Lisboa muita gente jamais esquecera as vivências e contributos das ilhas açorianas, e dos “bravos do Mindelo” que delas tinham partido, na

⁸ Por essa altura, como se deduz da peça jornalística, os pais de Serpa já teriam abandonado a Prainha, no Pico, para fixarem residência na Horta, onde dali por diante

decorreria toda a vida de José Machado de Serpa, com excepção dos períodos em que esteve fora do Faial, em comissões de serviço.

vitória do regime monárquico constitucional que chegaria até 1910. Mas não é menos verdade que as recompensas desses serviços tinham sempre ficado aquém do merecido e necessitado localmente, para que as ilhas açorianas pudessem, também elas, usufruir do progresso que tinham ajudado a semear no continente depois de 1834. Foi assim que se forjou a representação típica que o açoriano aprendeu a fazer do continente liberal – do abandono, da incompreensão, da ingratidão até, potenciados pelo isolamento das ilhas e pela sua distância em relação a Lisboa. E por causa disto, a açorianidade oitocentista cimentou-se sobre a consciência da descontinuidade geográfica face a Portugal continental, sobre a emigração, sobre o fascínio pela América, e sobre o desejo autonómico, cuja face mais radical era o separatismo independentista.

Fosse no seu fâcies de federalismo republicano (à Antero de Quental ou Pacheco do Canto), ou de estreitamento de relações atlânticas com os Estados Unidos ou a Grã-Bretanha, o separatismo alimentava-se de uma dura recriminação contra “a ineficiente e exploradora administração [central] portuguesa” (LEITE, 2008: 165), geralmente acusada de “não atender às aspirações populares de progresso e de melhoria das condições de vida [locais]” (CORDEIRO, 2004:

94)⁹. Desde pelo menos a década de 1870 que em vários jornais açorianos surgiam planos de putativos protectorados americanos ou ingleses sobre as ilhas, exprimindo uma espécie de “noção ressentida da diferença” entre ilhéus e continentais, que reforçava uma visão do mundo introspectiva – “uma identidade açoriana firmada a partir da ideia do insulamento” (CORDEIRO, 2004: 94, 97-98). O separatismo era a posição mais extremista, mas não era a corrente maioritária no pensamento ilhéu. Para a maioria, não era preciso ir tão longe. Os açorianos jamais deixariam de ser portugueses – aliás, fora exactamente em momentos de crise e incerteza que eles tinham demonstrado o seu inextinguível “portuguesismo sem mácula”, tomando parte activa no desenvolvimento e coesão nacionais (CORDEIRO, 2004: 96-97). Por isso, ao invés de exibirem ameaçadoras “inclinações americanizantes” (CORDEIRO, 2004: 101), muitos preferiam pedir a Lisboa maior autonomia, ou seja, descentralização, adopção de legislação especial e própria para as ilhas e atenções específicas às necessidades de desenvolvimento local, como ponto de par-

⁹ Como lapidarmente diria, em 1893, Aristides Moreira da Mota – vulto cimeiro da geração autonómica dos finais de Oitocentos – “o Estado não só gasta pouco com os Açores, mas gasta mal” (cit. *ibidem*: 96).

tida para uma mais profícua aprendizagem e exercício das liberdades e responsabilidades que se pediam ao cidadão constitucional (CORDEIRO, 2004: 97)¹⁰.

Era do caldo desta açorianidade autonómica e/ou separatista que o magro republicanismo local aproveitava. As nove ilhas atlânticas não eram, à partida, terreno favorável para o republicanismo: não só o meio ilhéu era culturalmente conservador desde há muito como o peso dos partidos monárquicos (relativamente imunes aos escândalos e faccionalismos que minavam já os seus congéneres continentais), era considerável, dada a ligação dos seus chefes às famílias mais poderosas e influentes, o que evidentemente coarctava a expansão de qualquer projecto político de regime alternativo (SILVA, 2009: 48). Foi em São Miguel que os republicanos dos Açores começaram verdadeiramente a sua organização – aquando das comemorações camonianas de 1880 – com um discurso que natural-

mente também chamava a si o clamor da autonomia municipal e local, sem a intervenção do governo central (SILVA, 2009: 52-53). Hipoteticamente, projectava-se até uma futura organização federal, de inspiração norteamericana. Mas excepto por uma meia dúzia de individualidades e de pequenos núcleos partidários, nas últimas décadas de Oitocentos “o republicanismo não teria raízes profundas no arquipélago dos Açores”, sendo normalmente visto, quando saía à rua em épocas de agitação eleitoral, como pouco mais do que uma vaga “utopia sentimental” (SILVA, 2009: 49)¹¹. Para agravar as coisas, é sabido que o PRP, no continente, era unitário e centralista, olhando, portanto, com desconfiança para a posição descentralizadora e autonómico-federalista do republicanismo ilhéu. Por isso, e ironicamente, as mais das vezes os agitadores republicanos dos Açores tinham mais pontos de contacto com os monárquicos autonomistas locais do que propriamente com o Direc-

¹⁰ Como desenvolve o autor, na geração açoriana do final do século, uma “firme contestação ao poder central, vigorosa defesa da descentralização, paulatina construção da ideia de unidade a partir do projecto da fraternidade açoriana [e] crescente consciencialização da identidade açoriana, constituem, sem dúvida, componentes fundamentais do processo autonomista que, em última instância, era considerado funda-

mental para o reforço dos laços da unidade e da solidariedade nacionais” (*Ibidem*: 98).

¹¹ De acordo com a autora, uma prova da “fraca implantação dos republicanos” nas ilhas foi o escasso eco que ali teve o escândalo do ultimato, em 1890, ou o repúdio expresso pela opinião pública açoriana perante o indiferentismo lisboeta em relação ao regicídio, em 1908 (*Ibidem*: 53-54).

tório do partido instalado em Lisboa (SILVA, 2009: 54, 56).

No micro mundo da Horta, onde José Machado de Serpa se vinha integrar, o debate autonómico e/ou separatista era bem menos vivo do que em São Miguel ou na Terceira. As estruturas políticas locais, aliás, eram meras extensões do bipartidarismo, ou rotativismo monárquico, copiado do continente e mediado pelos directórios instalados em Ponta Delgada, pelo que as paixões políticas chegavam ao Faial já mitigadas. Como em Lisboa, ou em São Miguel, existiam ali um Partido Regenerador – o centro-direita monárquico – e um Partido Progressista – o centro-esquerda monárquico. À chefia do primeiro ascendera, em 1886, o conselheiro Manuel Arriaga Nunes, que tratara de reorganizar o partido no distrito da Horta (Faial, Pico, Flores e Corvo). Seria ele o homem forte dos regeneradores faialenses até 1893, quando partiu para Lisboa, criando um vazio de liderança apenas preenchido, dois anos mais tarde, em 1895, pela escolha de António Severino de Avelar, um protegido de Hintze Ribeiro, como seu sucessor. Avelar lideraria o partido na Horta até 1910. Na chefia do segundo esteve o conselheiro Manuel Francisco de Medeiros, até 1895 e, depois, até à República, a família Silveira – Miguel António da Silveira, o pai, entre 1895 e 1906, e Miguel da

Silveira, o filho, entre 1906 e 1910 (LEITE, 1994: 42, 60).

Foi decerto o conselheiro regenerador António Severino de Avelar quem tutelou a estreia pública do jovem Machado de Serpa nos circuitos da opinião e da política faialense. Isto porque, na Primavera de 1888, Serpa lançou, como director, um jornal porta-voz do Partido Regenerador, intitulado *Folha Insulana*. O periódico era semanal, e tinha escritório na Rua do Cais, na Horta. A primeira aventura jornalística de Serpa não durou muito, mas foi o suficiente para firmar créditos e para animar a minguada imprensa ao tempo existente na ilha. Segundo a contagem de Marcelino Lima, o cronista-mor do município da Horta, a imprensa só chegara ao Faial em 1857, com *O Incentivo*, de João José da Graça. Na década de 1880, existiram ali uma vintena de títulos; especificamente em 1888, havia, além da *Folha Insulana*, também *A Verdade*, *A Regeneração* e *O Independente*, todos semanários políticos. Só a 1 de Janeiro de 1889 se criaria o primeiro diário faialense, *O Açor*, dirigido por João Pereira Forjaz (LIMA, 1940: 529-533; REBELO, 1887: 116-119).

O n.º 1 da *Folha Insulana* saiu a 10 de Maio de 1888. Serpa explicava tratar-se de “uma folha modesta, pobre de colaboração”, que não se chamava *Folha da Horta* para que a crítica

maldizente não visse nela “uma folha de couve” (!), nem *Insulano*, por esse ser “nome bonito na popa de um barco das Ribeiras”. O jornal, de 4 páginas, tinha um editorial político, escrito pelo próprio Serpa, notícias da vida local, contributos literários, em prosa ou verso, e um cantinho onde se recenseavam os principais títulos dos jornais da concorrência. Vinha para congregar esforços, porque “não havia um jornal acentuadamente regenerador na capital do distrito”; era portanto tempo de pôr de lado “o *azorean torpor* de Bullar [porque] para a frente é que é o caminho” (*Folha Insulana*, n.º 1, 10.5.1888). O caminho imaginado por Serpa teria de ser liderado pelo Partido Regenerador, de que ele era então militante. Todo o editorial do n.º 1 é dedicado à situação política nacional, e não local, elaborando uma cerrada crítica ao governo progressista em exercício, chefiado em Lisboa por José Luciano de Castro. Era “uma administração nefasta e nefanda”, que suscitava já justos e veementes protestos por parte dos povos, instigados pelo Partido Regenerador numa “significativa e louvabilíssima insurgência”. Havia que mover campanha contra “um governo que, com medo mas sem vergonha, teima em ficar contra todas as indicações da opinião pública” – um governo “covarde e fanfarrão”, que ultimamente dera em “espingardear”

o povo “inerte”, quando este apenas pedia para falar com o rei.

Em contraste com as “reformecãs” do “desastrado” governo progressista, Serpa lembrava e elogiava a obra do Partido Regenerador, agora na oposição, “ao qual o moderno Portugal deve tudo o que é”. Os Regeneradores eram o partido de Fontes Pereira de Melo, “aquela formosa inteligência”, um partido “tolerante, honrado e liberal”, que dera ao país a paz, acabando com “as revoluções e lutas intestinas” (Serpa referia-se à Regeneração, em 1851), e que depois o cumulava de estradas, correios, telégrafos, vias-férreas, escolas, institutos, indústria, comércio, agricultura, exército e crédito. Fontes morrera pouco antes, em Janeiro de 1887; a *Folha Insulana* prestava-lhe homenagem e declarava a sua fidelidade ao novo chefe nacional, “respeitado e querido do povo”, António de Serpa Pimentel (*Folha Insulana*, n.º 1, 10.5.1888). Outro dos heróis de Serpa Machado era Lopo Vaz de Sampaio e Melo, ao tempo um regenerador da ala mais jovem em plena ascensão no partido, e líder da minoria da Câmara dos Deputados, em Lisboa. Lopo Vaz era da boa escola de Rodrigo da Fonseca Magalhães e de Fontes Pereira de Melo: “Aplana dificuldades, remove obstáculos, conquista adesões, transigindo, cedendo, sempre nos limites da dignidade e das conveniências patrióticas”

(*Folha Insulana*, n.º 6, 14.6.1888). Ao lado da política nacional, Serpa também se interessava pelas necessidades locais. Num escrito sobre a emigração, afirmava tratar-se de assunto “que sobrepuja todas as questões que possam ventilar-se a propósito das nossas ilhas”. Era urgente estudar o fenómeno, indagando-lhe os “motivos”, “inconvenientes” e “vantagens”, não olhando apenas à sangria demográfica mas também, por exemplo, às remessas avultadas que dela provinham e que tanto serviam “para minorar os males da pátria querida” (*Folha Insulana*, n.º 1, 10.5.1888). À Câmara Municipal da Horta, o jornal pedia, não obstante “a magreza dos seus cofres” e “a escassez das suas receitas”, a organização imediata de um serviço regular de socorro a incêndios e o abastecimento de água potável (como se andava a fazer em Ponta Delgada), bem como uma mais eficiente distribuição da polícia municipal, para maior sossego e tranquilidade da Horta, por ele mesmo descrita como “uma cidade de 8000 habitantes e de pequena extensão”. Aos Dabneys, que “vão-nos deixando pouco a pouco”, era endereçado um sentido agradecimento, pela filantropia que durante décadas aquela família – dos cônsules americanos na Horta – exercera localmente (*Folha Insulana*, n.º 6, 14.6.1888). Num dos números de Junho de 1888, a *Folha*

Insulana polemizava com o jornal *O Independente* em termos reveladores do que era o credo político de Machado de Serpa naquele tempo. *O Independente* andava a criticar a monarquia como sistema “estacionário” e adverso ao progresso dos povos, revelando algumas simpatias republicanas. Serpa, em contraste, era leal ao regime vigente, e muito em particular ao Partido Regenerador: “imagine o colega que o primeiro vapor da carreira lhe trazia a nova do triunfo da República no jardim da Europa. Pergunto eu, teríamos melhor governo? A resposta afirmativa pecaria por falsa se, é claro, não visasse o governo actual” (*Folha Insulana*, n.º 6, 14.6.1888).

A *Folha Insulana* desapareceu breve, ainda durante o Verão de 1888. Em Janeiro desse ano, Serpa tinha sido aprovado no concurso público para delegado do procurador régio, com a classificação de Bom (*As Constituintes de 1911*:191). Em Julho, a máquina judiciária do Estado proveu-o no lugar de juiz municipal do julgado de Nordeste, na ilha de São Miguel, funções que acumulou com as de conservador do registo predial da Ribeira Grande (RIBEIRO, 2007: 71). O primeiro destes lugares fora criado pelo governo de Lisboa em Fevereiro de 1887, no culminar de uma luta administrativa que muito animou as gentes locais micaelenses, mas que ainda assim

ficara incompleta – e que ele trataria de fazer sua quando ali aportou.

A história conta-se rapidamente, com base na recapitulação feita pelo próprio Serpa (SERPA, 1889: 45 e ss.). No extremo oriental da ilha de São Miguel, há muito que o Nordeste reivindicava ser comarca judicial, para não depender da vizinha Povoação, onde os nordestenses tinham de ir demandar justiça quando dela necessitavam, com todos os incómodos e custos de uma viagem curta mas feita por caminhos quase intransitáveis. Em 1879, Hintze Ribeiro, que fora eleito primeiramente deputado muito graças aos votos dos nordestenses, apresentara um projecto legislativo em Lisboa, de criação de uma comarca no Nordeste, separando assim as duas localidades vizinhas e colocando-as em pé de igualdade. Mas a iniciativa não passara e a subordinação do Nordeste à Povoação mantivera-se. O máximo que o governo de Lisboa acabou por conceder aos nordestenses fora a criação de um julgado municipal, exactamente em 1887: não era o ideal, mas já não era mau, permitindo que ali passasse a existir um juiz municipal, instância imediatamente abaixo do juiz de comarca (ou “de direito”) (SERPA, 1889: 48-63).

Era esse o lugar para que Serpa fora nomeado. O facto de o cargo ter sido entregue a um picoense de nascimento, e faialense de residência, pode

causar estranheza; mas talvez possa, porventura, ser interpretado como uma tentativa dos poderes judiciais centrais de nomearem justamente um elemento equidistante das lutas bairristas entre o Nordeste e a Povoação. Serpa tomou posse como juiz municipal numa festa solene de inauguração ocorrida a 7 de Agosto de 1888. O povo do Nordeste acorreu em massa e a filarmónica local compôs mesmo um “Hino 7 de Agosto”; o novo juiz fez uma “breve arenga”, após o que deu posse aos seus funcionários por entre o aplauso geral. O tribunal funcionava num anexo à Câmara Municipal, um espaço em todo o caso “novo e asseado”, que Serpa logo contrastou com “a maioria dos nossos tribunais, de que a possilguenta Boa-Hora, em Lisboa, é exemplo frisante” (SERPA, 1889: 63-65, 74).

Mas a rivalidade com a Povoação, mesmo que mitigada por aquela conquista, mantinha-se entre as gentes do Nordeste, dando corpo a uma “questão judiciária” que Serpa rapidamente descobriu ser o equivalente micaelense do que “na Inglaterra é o *home rule* irlandês, na Áustria a questão do Oriente e na Itália o poder temporal do Papa” (SERPA, 1889: 45). Com data de 12 de Novembro de 1888, Machado de Serpa enviou de Ponta Delgada uma petição sobre o assunto endereçada ao Rei D. Luís. Com as formalidades suplicantes de “Súbdito fiel de

V. Majestade”, e invocando o direito constitucional de petição “generosamente outorgado pelo vosso sempre chorado e Augusto Avô”, o juiz Serpa lembrava os danos e incômodos de que continuava a padecer “o vian-dante” que do Nordeste demandasse a Povoação, tendo que ultrapassar a cordilheira de 1200 metros que “desliga a costa norte e sul de São Miguel”, para mais regularmente assolada por “tufões” durante o Inverno. Não ousando pedir ao monarca o estabelecimento da sonhada comarca judicial, apenas rogava a D. Luís que oficiasse o Ministério da Justiça para que este viesse a reduzir as penas de cadeia ou de multa aos nordestenses condenados em sentença, tudo por causa das “viajatas forçadas” por “caminhos intransitáveis” que tinham de fazer (SERPA, 1889: 67-71). Era a sua forma de tomar partido a favor de quem tão bem o acolhera e da localidade em que fora colocado como magistrado. Em 1889, Serpa publicou na Tipografia Popular, em Ponta Delgada, o opúsculo onde contava toda esta história e onde aproveitava para desenvolver uma série de observações corográficas e sociológicas sobre o Nordeste – onde viveria até à Prima-

vera de 1890. A obra anunciava-se com um intuito pedagógico. “Sobre o Nordeste”, escrevia ele, “divergem as apreciações: se uns o avaliam lisonjeiramente, outros, muitos, que de resto, pela maior parte, nunca, jamais, por lá passaram, fazem-se cargo de apou-cá-lo, assoalhando, a seu respeito, falsas ideias, que o despintam atrozmente”. Levado “pelo amor da verdade”, era sua intenção rebater falsos e apressados juízos, “nestas descoloridas considerações, debuxadas à lufa-lufa” (SERPA, 1889: 8-9).

O opúsculo começava por recordar que no momento em que vindo das “ilhas de baixo” desembarcara em Ponta Delgada, e declarara que ia para o Nordeste, logo houvera gente espanhola – que “aquilo” era “um degredo”, “a África micalense” (SERPA, 1889: 9). Não era nada disso, e só a ignorância e a má-fé dos de Ponta Delgada podia supor tal coisa¹². Chegado ao Nordeste, encontrara uma vila bem aprazível e populosa, num concelho que tinha mais gente do que a Horta ou do que Santa Maria, a Graciosa e o Corvo juntos. O clima era agradável, e tanto que “Pasteur ver-se-ia [ali] em grandes apuros para cultivar as castas de vírus e estudar a parasiteria”. Não

¹² Serpa achava que a ignorância não seria tão grande se a “estatística” estivesse tão avançada em Portugal como lá fora. Lamentavelmente, esse importante ramo do conhe-

cimento dos recursos e gentes do país continuava a ser “um terreno por desbravar” por “muitos sábios de mão cheia e cabeça vazia de miolos” (*Ibidem*: 17).

abundavam as indústrias nem havia grandes riquezas, mas a agricultura praticada evitava grandes misérias. O que sobretudo faltava eram melhoramentos materiais imediatos e um substancial incremento na vida escolar e cultural. Hintze Ribeiro era elogiado por ter desbloqueado verbas para a construção e inauguração de um cais de desembarque local, em 1875, e de uma pequena estação telegráfica, em 1883; mas urgia pavimentar caminhos e abrir fontes de água. Faltavam também, no domínio da instrução pública, escolas nocturnas, “que serviriam de muito aos adultos, a não entenderem eles que a ignorância dada pelo berço só a tira a cova”; uma biblioteca local, para “não afrouxar no derramamento da instrução, enquanto a maioria dos nordestenses, como de resto quasi toda a população rural dos Açores, ainda acreditar piamente em feitiçaria e práticas análogas”; e uma “assembleia”, um “grémio” ou um “clube”, para que os nordestenses tivessem onde socializar, “recreados no jogo do bilhar e do voltarete, na leitura variada de jornais, e em desopilante e instrutivo cavaco, um bocado das longas noites de Inverno” (SERPA, 1889: 17-18, 23, 27, 39-40, 86, 93). Serpa lamentava também a inexistência de teatro, *sport* (nem sequer havia regatas), touzadas, jogos, bailes ou *soirées*; não havia sequer um modesto hotel para

um “*five o'clock tea*”, “numa terra essencialmente económica e onde as senhoras escasseiam”... (SERPA, 1889: 97-99)

A lista do muito que faltava servia de alimento para a crítica à proverbial incúria dos governos de Lisboa, e “do pouco caso que eles fazem das pérolas da coroa portuguesa” (as ilhas açorianas) (SERPA, 1889: 89). Ao cabo de 18 capítulos de vasta e atenta observação sociológica e histórico-patrimonial (abordando a criação da vila, a população, o clima, o vulcanismo, a agricultura e os edifícios mais notáveis), Serpa fechava o seu escrito com um remoque a todos os portugueses que desprezavam os Açores e a todos os micalenses que desprezavam os seus conterrâneos nordestenses: “Lembrem-se que também César alcunhou de bárbaros os habitantes da Grã-Bretanha, e que os descendentes desses bárbaros marcham hoje na vanguarda dos povos civilizados” (SERPA, 1889: 100).

Em 1890, Machado de Serpa terminou a comissão de serviço em São Miguel e regressou ao Faial, provido no lugar de delegado do procurador régio da comarca da Horta. Os seus méritos terão pesado nessa nomeação, mas também o empenho, ou o patrocínio, do 2.º Conde de Ávila, António José de Ávila Jr., Par do Reino, conhecido influente local e, acima de tudo, sobrinho do todo-poderoso Duque de

Ávila e Bolama, porventura o mais ilustre e famoso faialense do século XIX. Numa carta de 17 de Abril de 1890, Serpa reconhecia o serviço prestado pelo 2.º Conde de Ávila na sua nomeação para a procuradoria da Horta: “Agradeço, sumamente penhorado, o ter-se V. Exa. dignado responder à minha cartinha e recebido de boa mente a minha pretensão. E pois que ela está tão bem patrocinada, limito-me a renovar os protestos de gratidão para com V. Exa. e a subscrever-me mui respeitosamente e com toda a consideração” (cit. por RIBEIRO, 2007: 71).

Aportado à Horta, Serpa iniciou as suas novas funções no princípio de Maio de 1890. Tinha então 26 anos. Durante 14 anos, serviria como delegado do procurador régio na sede do distrito. A 30 de Junho de 1904, foi nomeado para a comarca de Santa Cruz das Flores, cargo onde não se demorou, dado que requereu e obteve, em Dezembro desse mesmo ano de 1904, o regresso à Horta, passando desde então a estar integrado na magistratura judicial sem exercício mas com vencimento (*As Constituintes de 1911*: 191-192). Já depois do 5 de Outubro, durante a República, seria ainda nomeado para juiz da comarca de Bragança, no continente, tendo declinado este último lugar por ser então membro do parlamento em Lisboa (*Correio da Horta*,

18.12.1945). Até nós chegaram retratos, de quem o conhecia de perto, do seu perfil como magistrado no Faial, onde “poucos o igualavam na justa apreciação das causas” (GREAVES, 1948: 13). Em funções acusatórias, como representante da lei, “usava da face austera e do rigor dos termos”; mas foram muitas as vezes em que pagava do seu próprio bolso as custas judiciais dos mais humildes, “e da sua beira, como da sua casa, nenhum pobre saía desconfortado” (GREAVES, 1948: 35).

Foi portanto na Horta, e *da* Horta, que Serpa viu e viveu os últimos anos do regime monárquico em que nascera, crescera e se educara académica, cívica e politicamente. O maior facto desse tempo na vida açoriana foi a aprovação do célebre decreto de 2 de Março de 1895 – o chamado “decreto autonómico”, concedido pelo governo regenerador do inevitável Hintze Ribeiro. Reconhecendo o princípio da descentralização e dando, finalmente, ao arquipélago um estatuto especial, com poderes autónomos correspondentes, vertidos em novas estruturas da administração então criadas, ele foi saudado como “o início de uma nova vida política e administrativa para o almejado progresso da sociedade açoriana” (LEITE, 2008: 159, 162, 165). Mas o decreto, como se veio a verificar, teve acidentada vida e, só por si, não produziu o milagre

do desenvolvimento regional. A crise da monarquia e os acidentes da política continentais não favoreciam a estabilidade do sistema da Carta Constitucional, o que descontentava regeneradores e progressistas ilhéus, dando um pouco mais de alento às causas radicais do separatismo ou do republicanismo (LEITE, 2008: 165). Neste confuso quadro, os primórdios do século XX foram vividos, nos Açores, entre a expectativa, a crítica e o desalento. A viagem do rei D. Carlos ao arquipélago, em 1901, ainda provocou um sobressalto de devoção monárquica e de patriotismo cívico. Mas foi de pouca duração e intensidade; no fundo, como acertadamente resumia um jornal republicano micalense nesse mesmo ano, “o povo ignora tanto o prestígio da Monarquia como a razão de ser de uma República” (cit. por SILVA, 2009: 48).

O que isto significa é que para o açoriano médio, aqui cabendo não apenas o pequeno político, o cacique, o magistrado ou o jornalista local fazedor de opinião, mas também o cidadão anónimo esclarecido, o problema português não era o da opção entre a Monarquia, que estava para findar, e a República, que se anunciava estar para vir. Como sempre, desde que a modernidade liberal chegara aos Açores, na pessoa de D. Pedro IV, durante a Guerra Civil, o problema era o de saber o que fazer da liberdade

constitucional e como, a partir dela, alcançar mais bem-estar e progresso, material e moral, para aquelas gentes geograficamente periféricas. Ou dito de outra maneira, era-se monárquico quando ainda se acreditava que o sistema existente em Lisboa poderia olhar mais atentamente para as necessidades locais, ou simpatizava-se com o republicanismo, não pela sua vanguardista proposta ideológica de *per se*, mas porque o republicanismo aparecia como a capa mais disponível e instrumentalizável para recobrir reivindicações que eram, no fundo, supra-partidárias.

O caso de José Machado de Serpa é justamente um bom exemplo desta disposição mental. Serpa passou da Monarquia para a República, que serviu, depois do 5 de Outubro, em cargos políticos de relevo, na Horta e mesmo em Lisboa. Mas as descrições do seu perfil, mesmo descontado o tom encomiástico usado pelos seus amigos, não permitem resumir-lhe essa passagem como uma vulgar operação de “adesivagem”. Euclides Costa, um dos mais lúcidos companheiros de Serpa ouvidos por Manuel Greaves para o *In Memoriam* já várias vezes citado, era claro ao afirmar que o magistrado picoense “não cultivou a política, fazendo dela um mero desporto intelectual e estético” (GREAVES, 1948: 11). E de facto, depois da militância jornalística pró-regeneradora

da década de 1880, nunca mais ninguém o viu ou ouviu batalhar por um determinado partido. Ainda segundo Euclides Costa, ele “não abrigava predileções doutrinárias”; não era “nem reaccionário, nem revolucionário. Somente democrata, um democrata tradicionalista, sem mistérios nem missão, que alimentava as virtudes cívicas com o mel dos mandamentos cristãos” (GREAVES, 1948: 11). Outras vozes e até a imprensa local acrescentam que, nas vésperas do 5 de Outubro, Serpa estava “afastado por completo dos partidos militantes da Monarquia”, ao mesmo tempo que não era ostracizado como inimigo pelo pequeno grupo republicano existente na Horta (*O Telégrafo*, 7.10.1910; GREAVES, 1948: 30). Era esta equidistância, esta elevação em tempos crispados, esta demanda por uma simples democracia eticamente informada, para lá de qualquer mecânica e acrítica adesão partidária (e parcial, portanto), que o distinguia aos olhos dos faialenses que o viam passar. Por isso não eram um reparo,

mas um sincero elogio, as palavras acerca dele ditas pelo Padre Nunes da Rosa, ao recordar o ano de 1910 e o primeiro cargo detido por Serpa no novo regime: “Quando do advento da República [...] foi, como se sabe, feito governador civil, como poderia ter sido elevado à presidência do governo central ou, se a coisa nessa hora tombasse à outra banda, a ministro del-Rei – tal a historicidade das suas linhas políticas” (GREAVES, 1948: 19).

Serpa não serviria indistintamente Monarquia ou República porque era um oportunista; aceitaria servir uma ou a outra, conforme sinceramente encontrasse, numa ou noutra, o melhor caminho e sustento para uma vida decente e democrática. Foi decerto esta particular forma de ser e de ver os homens e as coisas que abriu a Machado de Serpa novas oportunidades quando, em Outubro de 1910, a República triunfou sobre a Monarquia Constitucional, liquidando o regime que ele tão competentemente servira, no foro judicial, durante anos a fio.

4. A REPÚBLICA NAS ILHAS E AS ILHAS NA REPÚBLICA:

GOVERNADOR CIVIL, DEPUTADO E SENADOR

Acerca de nenhuma localidade em Portugal senão a Horta é tão apropriado dizer-se que a República chegou pelo telégrafo, já que, a somar a esse meio de comunicação à distân-

cia, um dos grandes (senão mesmo o maior) porta-vozes das novidades junto da opinião pública da ilha do Faial era o jornal... *O Telégrafo*. Na Horta, como em todas as demais

paragens açorianas, a implantação da República chegou como um facto consumado, não suscitando especiais comoveções, nem no declarado apoio à nova ordem nem no lamento pelo fim do regime monárquico. A transição foi feita em sossego entre as elites e perante a geral indiferença das massas (SILVA, 2009: 47)¹³. O republicanismo local acolheu com natural satisfação a novidade chegada de Lisboa, e mesmo a generalidade dos monárquicos e dos católicos, pelo menos inicialmente, não hostilizou o novo regime, como se lhe concedesse, tendo em vista o que fora a agonia dos últimos tempos monárquicos, o “benefício da dúvida” (SILVA, 2009: 50)¹⁴. Assim, foi sem incidentes que as capitais distritais das ilhas realizaram, uma a uma, as cerimónias oficiais de proclamação da República no arquipélago: Ponta Delgada logo a 9 de Outubro de 1910, Angra do Heroísmo a 16 de Outubro, e a Horta

a 13 de Novembro (SILVA, 2009: 58, 62). Neste último caso, aconteceu ser José Machado de Serpa o mestre-de-cerimónias do acto, no exercício do cargo para o qual o 5 de Outubro imediatamente o conduziu – o de governador civil da Horta.

Além de substituir, simbolicamente, a chefia hereditária do Rei pela chefia electiva do Presidente da República, o novo regime tinha, para se firmar, que reorganizar, desde a base ao topo, a máquina burocrática do Estado. Assim, nos dias imediatamente a seguir ao triunfo republicano em Lisboa, por todo o país foi sendo removido o pessoal político monárquico (sobrevivendo apenas aquele que se “adesivou” à nova situação), e empossados novos nomes, em administrações de concelho, vereações camarárias, juntas de freguesia, repartições de funcionalismo público, comissariados de polícia, conselhos directivos de escolas, etc. A voragem

¹³ Como sintetiza José Guilherme Reis Leite, “A República foi implantada no final de 1910 nos Açores, como no resto do país, afinal, por telegrama, sem resistência e até sem protestos assinaláveis” (LEITE, 2008: 166).

¹⁴ O quadro particularizado por Carlos Cordeiro para São Miguel é decerto extensível a outras ilhas: à parte minoritárias posições extremistas, de “oposição frontal” e de “exaltação mitificadora dos heróis da Rotunda”, o que predominou foram posições menos radicais – “a dos ‘adesivos’, detestados por uns e por outros [monár-

quicos e republicanos]; a dos expectantes, que aguardam o desenvolvimento da situação para depois decidirem a posição a tomar quanto à aceitação das novas instituições; a dos que aceitam o novo regime – sem compromissos de colaboração futura – mas que teriam preferido que a sua implantação fosse resultado de uma vitória nas urnas; a dos indiferentes, que acreditavam que a mudança de regime em nada iria alterar as suas condições de vida” (CORDEIRO, 1995: 289-290).

da clientela nova em aceder aos lugares do Estado era, no entanto, inversamente proporcional à distância em relação a Lisboa. Ou seja: quanto mais longe da capital, menos republicanos “históricos” existiam e, portanto, mais os líderes de Lisboa estavam dependentes das próprias gentes e sensibilidades locais para angariarem novo pessoal político.

Por isso o “saneamento” geral dos monárquicos teve limites. Em alguns casos tinham mesmo que ser eles a continuarem em funções; e muitas vezes o poder central em Lisboa deu espaço a que fossem as sensibilidades locais a escolherem quem iria ocupar lugares e republicanizar o que ainda não era propriamente republicano. Nos Açores, os cargos administrativos e políticos não foram portanto preenchidos por “clientes” do PRP de Lisboa. O que o Governo Provisório da República fez foi nomear nomes óbvios ou por alguém sugeridos, ou auscultar os poderes locais e deixá-los escolher quem queriam que ali mandasse. Regra geral, “aqueles que não se haviam comprometido com as instituições monárquicas, velando de forma mais ou menos visível pelos valores republicanos” foram “os premiados com a atribuição de cargos políticos” (SILVA, 2009: 59).

Não se conhecendo especial militância política da parte de Machado de Serpa nos anos anteriores a 1910,

e fazendo fé no credo democrático, na postura humanista e tolerante, na competência profissional e no respeito que granjeara entre a população faialense, é possível que tenha sido aquela a lógica que presidiu à sua escolha para o Governo Civil da Horta. De concreto, há alguns factos que é possível apurar. O novo ministro do Interior do Governo Provisório, o conhecido António José de Almeida, a quem cabia o grosso das nomeações para lugares políticos e administrativos, tinha por programa de acção “confiar o arquipélago a autênticos ilhéus”, demonstrando, nesse gesto de boa vontade, “os respetos devidos a um povo desde séculos legitimamente ambicioso de possuir autonomia” (GREAVES, 1948: 10). Ora acontece que “alguém” em Lisboa sugeriu o nome de Machado de Serpa ao novo ministro, que imediatamente enviou para a Horta “um telegrama instantâneo” a convidá-lo para o lugar de governador civil. A Serpa não lhe agradava sobremaneira o posto, mas aceitou-o, “depois das indispensáveis conferências que teve com alguns membros do partido republicano” da Horta, porque “lhe desgostava uma recusa nesse momento histórico que se apresentava a todo o país” (GREAVES, 1948: 29-30; *O Telégrafo*, 7.10.1910).

Embora alguns lembrassem que “o seu temperamento” estava “acostado à nova situação”, não aceitou o lugar

por clara militância republicana – caso em que o seu nome não teria precisado de especiais apresentações em Lisboa (GREAVES, 1948: 30). António José de Almeida não o conhecia; mas confiou que o dedicado açoriano poderia ter um bom perfil para um lugar chave de comunicação entre o novo regime e a realidade do distrito açoriano das “ilhas de baixo”. Vale a pena acrescentar ainda que o antecessor de Serpa, ou seja, o último governador civil da Horta do regime monárquico, empossado em Junho de 1910 e afastado com o 5 de Outubro, fora o conselheiro António Severino de Avelar, o velho líder local do Partido Regenerador que servira de patrono a Serpa vinte anos antes, quando este desembarcara na Horta provindo de Coimbra (LIMA, 1940: 718; LAPA, 1962: 245)¹⁵. Não é impossível imaginar que Severino de Avelar tenha mantido sempre boas relações com o seu protegido, facilitando até a transição de poderes.

Os contactos entre o Ministério do Interior e a Horta foram sumamente rápidos. A tomada de posse de

Machado de Serpa no Governo Civil ocorreu logo a 6 de Outubro, pouco mais de 24 horas depois de José Relvas ter proclamado a República na varanda da Câmara Municipal de Lisboa¹⁶. O acto foi em extremo concorrido. De acordo com a narrativa d’*O Telégrafo*, Serpa teve “palavras honrosas” para com os seus antecessores e fez questão de considerar aderentes ao novo regime todos os ali presentes. O seu discurso foi “uma alocução notável, repassada de fé pelo futuro”: “Consola ver tanta gente” – afirmou ele – “e de tão variada condição, a congraçar-se aqui, a enlaçar-se no mesmo e único intento, qual o de solenizar em fraternal convívio o triunfo do novo sobre o velho regime. Porque todos nos apinhoamos aqui para nos felicitar-mos de viver na República e para protestarmos bem servi-la”. Assinado o auto de posse, içou-se a bandeira, tocou-se o hino e o novo governador civil veio à varanda, agradecer as manifestações e os vivas (*O Telégrafo*, 7.10.1910).

Machado de Serpa tinha então 46 anos. Atingira um dos mais importan-

¹⁵ Apesar do seu passado monárquico, António Severino Avelar voltaria a ser governador civil da Horta durante a I República, entre 6 e 30 de Janeiro de 1915.

¹⁶ Serpa foi nomeado no mesmo “pacote” que procedeu à substituição de todos os governadores civis do país – ao todo 21, 17 no continente, 3 nos Açores e 1 na Madeira.

Para Angra do Heroísmo foi escolhido Henrique de Oliveira Braz e para Ponta Delgada Francisco Luís Tavares. O continente tinha 17 Governos Cívicos, e não os 18 actuais, uma vez que apenas em 1927 seria criado o Governo Civil de Setúbal, desanexado do de Lisboa.

tes lugares administrativos (e políticos) de toda a sua longa vida pública. Era um momento delicado, que requeria pulso forte, mas também uma generosa atitude conciliatória entre o passado e o presente. Os Governos Civis eram, desde que a Monarquia os criara, logo após a Guerra Civil, instâncias chave de mediação dos poderes e, sobretudo, de ligação e de diálogo entre o governo central e a rede dos poderes periféricos espalhados pelo país. Competia-lhes receber e fazer cumprir as decisões emanadas do “centro”, dando expressão ao desígnio mais ou menos centralizador do Estado, e, ao mesmo tempo, tutelar as corporações locais e capitanear a máquina político-eleitoral que subordinava partidos e elites aos interesses daquele mesmo “centro”. Numa palavra, e naquele caso e conjuntura, o Governo Civil da Horta seria o rosto e a voz da República nas ilhas do Faial, Pico, Flores e Corvo. O primeiro governador civil da Horta fora nomeado pelo governo setembrista, em Junho de 1836; Serpa era o 39.º a ocupar o posto, na realidade o 31.º nome, descontando as repetições (LAPA, 1962: 243-245)¹⁷.

¹⁷ António José Vieira Santa Rita foi governador civil da Horta em quatro momentos diferentes, e o Visconde de Leite Perry em três momentos diferentes.

A linha de acção por ele seguida nos meses em que ocupou tão importante posto foi resumida por quem o conheceu. Por um lado, “sem se isolar do apoio do grupo republicano” local – que era “de bem pequena representação mas de antigas dedicações pela ideia” – Serpa “extraiu dele parte dos elementos para as gerências internas e montou como pode a máquina administrativa” (GREAVES, 1948: 30). Mas fugiu a qualquer sectarismo ideológico ou partidário, agindo sempre “sem arrebatos nem desmandos, sem programas nem promessas”, conduzindo as quatro ilhas que lhe tinham sido confiadas “da Monarquia para a República, harmonizando serenamente, fraternalmente, ricos e pobres, crentes e descrentes” (GREAVES, 1948: 11). Foi por isso que “os partidos extintos” – as forças monárquicas – “não lhe rejeitaram a sua simpatia”, mantendo-se benevolentes e até “acercando-se dele desinteressadamente”; quanto à imprensa local, “manifestou-se com agrado e apoio ao novo governador” (GREAVES, 1948: 31). Serpa era, como se viu, fundamentalmente um democrata conciliador e humanista. Como tantos outros no Portugal do tempo, manifestava uma relativa indiferença em relação à *forma* do regime – mas não transigia no seu *conteúdo*, mostrando-se avesso a qualquer tipo de sectarismo extremista. O caso do Cemitério do

Carmo, nos finais de 1910, ilustra isso mesmo, permitindo demonstrar o quanto ele se distanciava do republicanismo jacobino e radical. Certo dia, um exaltado procurou-o, exigindo-lhe que mandasse remover a cruz de pedra que estava no Cemitério do Carmo por a mesma estar “contra as ideias novas”. O governador civil recusou liminarmente, dizendo: “Aceitei este lugar não foi para ser nenhum operário demolidor de memórias ou crenças, mas para que a República recém-nascida possa criar adeptos leais, simpatias do povo e melhores destinos” (GREAVES, 1948: 30-31). Não partilhando do laicismo ateu que era ingrediente ideológico central da ortodoxia republicana do PRP, é também verdade que nunca alimentou clericalismos excessivos, apesar do seu arreigado cristianismo. No exercício das suas funções, encontrou certa vez uma senhora amiga que destratou Afonso Costa, qualificando-o como um homem “mau, sem Deus, inimigo dos padres, de maus sentimentos, que até dizem ter batido na mãe”. Com a sua verve impenitente e o seu característico sentido de humor, Serpa logo retorquiu, contemporizador: “quanto à mãe, é falsíssimo esse dito, porque ele nunca a conheceu. Era enjeitado!” (GREAVES, 1958: 201). Todo o excesso, em política ou em religião, à esquerda ou à direita, o impacientava. Quando peregrinou a Lourdes,

preferiu narrar, nas suas crónicas para *O Fayalense*, os aspectos mais descaracterizadores do comércio religioso local, e guardar para si a devoção e fê que ali o tinham levado (GREAVES, 1948: 11-12).

No Governo Civil, o dia-a-dia era preenchido com o expediente e com as visitas de serviço às instituições, associações e população perante as quais ele representava a República. Não era um cargo com poderes executivos – tirando uma meia dúzia de competências administrativas – mas fundamentalmente de representação e de observação. Serpa era o “embaixador” da República nas “ilhas de baixo” e, simultaneamente, o porta-voz, à distância, das necessidades, anseios e reivindicações dessas mesmas ilhas perante a República em Lisboa. Entre os Governos Cívicos de todo o país e o Ministério do Interior as ligações foram-se aprofundando após o 5 de Outubro, produzindo um correio de informações, recomendações, despachos, ofícios e pedidos vários tão mais prolixo quanto era importante, do ponto de vista político-eleitoral, e de peso, do ponto de vista demográfico, a cidade e região representadas. Segundo o censo de 1911, o Faial tinha 20.362 habitantes; só a cidade da Horta 6.099 (LEITE, 1994: 17, 19; ROCHA, 2008: 268). O declínio demográfico face ao século XIX era óbvio, o que fazia do Governo Civil chefiado

por Serpa um interlocutor secundário na hierarquia dos 21 Governos Civis do país.

Mas os números nunca o fizeram esmorecer. Uma análise sumária dos assuntos tratados na correspondência trocada entre o Governo Civil e Lisboa mostra o vasto âmbito da actuação de Serpa, entre assuntos inócuos e outros politicamente mais relevantes: inventário de bens de instituições religiosas, administração de confrarias, misericórdias ou asilos, inquéritos a supostas ilegalidades na actuação de vereações camarárias, obras, restauros e reedificações, requerimentos e petições de particulares, Câmaras, grémios e associações, despacho de pensões e emissão de passaportes, avisos de crédito ou ordens de pagamento várias, nomeações, exonerações e transferências de funcionários, preocupações com a ordem pública, os serviços de polícia ou melhoramentos vários há muito ansiados por populações locais (ANTT, *Ministério do Reino e Ministério do Interior*).

Em meados de Março de 1911, chegou à Horta o decreto que regulamen-

tava a eleição dos deputados para a Assembleia Nacional Constituinte, o órgão legislativo que, em Lisboa, iria redigir a nova Constituição e aprovar a legislação entretanto produzido pelo Governo Provisório, dando à República uma legitimidade parlamentar. O decreto tinha data de 14 de Março, e Serpa, que encetou os necessários preparativos para o fazer cumprir, cessou funções, oficialmente, a 1 de Abril, ao cabo de quase seis meses no cargo (LAPA, 1962: 245)¹⁸. A razão era legal. Dado que Serpa já deliberara apresentar candidatura à eleição para deputado, tinha de renunciar ao lugar de governador civil, nos termos das incompatibilidades estabelecidas pela nova lei eleitoral. Serpa ainda estava interinamente em funções quando, por decreto de 28 de Abril, o acto eleitoral foi convocado, em todo o país, para o dia 28 de Maio. Foi só na segunda semana de Maio que entregou o lugar de governador civil ao seu sucessor, Augusto Goulart de Medeiros (*O Telégrafo*, 12.5.1911)¹⁹. Por todo o país, a escolha dos deputados que iriam integrar a Constituinte

¹⁸ Ao longo de toda a I República, entre Outubro de 1910 e Maio de 1926, a Horta teve 21 governadores civis, o que corresponde a uma média de exercício do cargo de 9 meses. Por contraste, a Monarquia Constitucional tivera 38 governadores civis em 64 anos (1836 a 1910), o que dá uma média de

20 meses de exercício do cargo a cada um (*Ibidem*: 243-246).

¹⁹ Goulart de Medeiros, oficialmente nomeado a 29 de Abril de 1911, seria, curiosamente, o governador civil que mais tempo exerceu funções durante a I República, tendo sido exonerado apenas em Abril de 1914.

foi mais feita por plebiscito do que propriamente por eleição disputada entre candidaturas e partidos rivais. Todo o processo foi aliás *sui generis*. O jornal *O Mundo*, porta-voz lisboeta da facção “afonsista” do governo, achava que não chegara ainda a altura de abrir a Assembleia, preferindo prolongar a “ditadura” administrativa revolucionária. A posição não vingou, mas vingou a ideia de que a escolha dos candidatos a deputados deveria ser, tanto quanto possível, monopolizada pelo PRP, através do seu Directório central, juntas consultivas e comissões distritais; seria a melhor maneira de garantir candidaturas retintamente republicanas e de afastar de São Bento “adesivos” e “reaccionários” (RAVARA, 1981: 127, 132-133). Por isso, não havendo verdadeiramente inimigos a derrotar na urna – só em alguns círculos houve adversários socialistas – a campanha eleitoral decorreu em “clima morno”, o que era sobretudo visível nas terras mais distantes (RAVARA, 1981: 137). Em 21 dos 51 círculos eleitorais do continente e ilhas convocados à urna para o dia 28 de Maio não chegou sequer a haver eleição: os candidatos, todos sufragados previamente

pelas autoridades do PRP, foram pura e simplesmente proclamados vencedores, porque o governo decidira não realizar escrutínio onde quer que não existisse oposição organizada em candidatura eleitoral (RAVARA, 1981: 149)²⁰. Como resultado, 82 dos deputados da Constituinte foram proclamados e 136 efectivamente eleitos – compondo um parlamento que era pouco mais do que uma assembleia do PRP de Afonso Costa (RAVARA, 1981: 138). Dos quatro círculos ilhéus, houve eleição no Funchal e em Ponta Delgada e não foi necessário ir à urna em Angra do Heroísmo e na Horta. O que quer dizer que Serpa, conjuntamente com os outros dois deputados das “ilhas de baixo” no novo parlamento de Lisboa, não foi escrutinado pelo voto em urna²¹. Além de José Machado de Serpa, os outros dois deputados eleitos – ou proclamados – pela Horta eram ambos militares, o capitão de artilharia Manuel Goulart de Medeiros e o capitão de fragata José António Arantes Pedroso (PEREIRA, 1959: 81-86).

Um decreto de 9 de Junho fixava para dali a dias, a 15, a reunião de todos os deputados eleitos em São Bento. Serpa chegou a Lisboa antes disso.

²⁰ Dos cerca de 850 mil eleitores recenseados, só uns 60% foram às urnas para eleger os candidatos republicanos (LOPES e SÁ, 1986: int.).

²¹ As ilhas elegeram, ao todo, 14 deputados para a Constituinte: o Funchal 4, Ponta Delgada 4, Angra 3 e a Horta outros 3 (ALMEIDA, 1998: 738).

Em finais de Maio, um seu amigo, Luís Ribeiro, encontrou-se com ele no Hotel Francfort, na Rua de Santa Justa, que o picoense escolhera para sua morada em Lisboa. Foram ambos ao Ministério da Justiça, onde Luís Ribeiro tinha assuntos a tratar com um funcionário superior, Germano Martins. Quando Germano Martins avistou Serpa disse-lhe logo: “está servido; pode ir-se embora”. E explicou a Luís Ribeiro: “Este homem é terrível. Quer tudo para o Faial, e se lhe mete uma coisa na cabeça, não mais a larga até a alcançar. Como só pede coisas possíveis, adoptei o expediente de lhe dizer que sim, antes mesmo de o ouvir”. O caso é que Serpa tivera conhecimento, mal chegara a Lisboa, de um espólio de livros provindo das casas religiosas extintas pela República, e deliberara logo conseguir alguns volumes para a biblioteca pública da Horta, que ele mesmo lamentava estar ainda tão “pobrinha” (*Correio da Horta*, 17.12.1946).

Por este episódio se vê o espírito de missão de que Serpa se achava investido enquanto deputado da Assembleia Constituinte. Ainda antes de tomar posse, e durante os pouco mais de dois meses que duraram os trabalhos – até à aprovação da Consti-

tuição, a 21 de Agosto de 1911 – ele soube sempre combinar o interesse por assuntos nacionais (os que se discutiam em São Bento), com o interesse e empenho nos assuntos regionais (dos Açores) e distritais (da Horta). Era fiel ao perfil típico do deputado ilhéu desde que havia parlamentarismo em Portugal: representava a nação, mas era sobretudo um procurador dos interesses dos seus próprios constituintes, cuja voz a geografia condenava ao silêncio pela distância em relação a Lisboa. Por isso Serpa mereceu elogio semelhante ao feito a tantos outros deputados faialenses antes dele, sendo recordado como “um dos políticos a quem a Horta mais ficou devendo”, neste caso durante o regime republicano (*Correio da Horta*, 17.12.1946).

Foi a 15 de Junho que compareceu pela primeira vez no Palácio de São Bento, para a sessão de verificação de poderes. A 19, o seu diploma de deputado foi aprovado, conjuntamente com os dos colegas parlamentares do distrito da Horta (*DANC*, Sessão n.º 1, 19.6.1911: 3). Das 60 sessões da Constituinte, Serpa esteve presente em quase todas²². Não falou muitas vezes e quando intervinha não discursava extensamente. Não era polí-

²² V. os registos de presenças no *Diário da Assembleia Nacional Constituinte (DANC)*.

Das 60 sessões, Serpa apenas faltou a 5 –

a 14.^a, a 5 de Julho, a 24.^a, a 18 de Julho, a 29.^a, a 24 de Julho, a 41.^a, a 8 de Agosto, e a 47.^a, a 14 de Agosto.

tico, muito menos orador ou tribuno como os próceres do republicanismo ali presentes; era magistrado, ou seja, um jurista, habituado a dissecar leis e menos o contexto sócio-político a que elas se viriam a aplicar²³. Dos seus retratos parlamentares avulta a imagem de uma forma de estar “elevada e tolerante” (*Correio da Horta*, 18.12.1945), o que não era dizer pouco num tempo (não apenas o da Constituinte, mas o de todo o parlamentarismo republicano), de aceso confronto verbal e de crescente crispção partidária. Gostava de ouvir os colegas, verbalizando às vezes “à partes espirituosos que em breve lhe granjearam simpatia e o puseram em foco pela ironia com que causticava alguns oradores” (SERPA, 1987: 15). No parlamento, dizia-se, “jamais foi aquela pessoa a que chamávamos um político, nem o conhecemos dedicado a um credo partidário” (GREAVES, 1948: 29)²⁴. No único retrato político-ideológico que de si mesmo fez na tribuna de São Bento, disse apenas ser conservador – mas

“o ser-se conservador não quer dizer que se seja improgressivo”, explicou (*DANC*, Sessão n.º 27, 21.7.1911: 8). Uma das suas primeiras iniciativas na Assembleia Constituinte, em finais de Junho, foi decerto fruto do *lobbying* açoriano de que nunca deixou de ser porta-voz: tratou-se da apresentação de um projecto-lei, assinado também pelos colegas faialenses Goulart de Medeiros e Arantes Pedroso, que autorizava o governo a criar um entreposto comercial, na realidade um “porto franco”, na Horta (e também em Cabo Verde), como forma de ali atrair navegação e incrementar trocas comerciais (*DANC*, Sessão n.º 11, 30.6.1911: 3-4). Não seria a última das suas iniciativas ou intervenções de cariz mais extra-político. Em Agosto, a propósito de um cumprimento endereçado pelo Ministro da Justiça, Afonso Costa, à magistratura portuguesa, Serpa – inspirado pela sua própria vida profissional passada – aproveitou para lançar alguns pedidos: que o recrutamento para a carreira fosse sempre feito por concurso;

²³ Na Assembleia Constituinte, o grupo profissional onde Machado de Serpa se incluía – o dos “homens de leis” – representava 16% do total dos deputados eleitos. Maiores eram apenas as representações dos médicos (21%) e das forças armadas (18%). Seguiam-se, por ordem decrescente, os professores e profissões liberais (13%), os funcionários públicos (11%), os proprietários (8%), os

comerciantes e indústrias (6%), o clero, os estudantes e o operariado, cada um com 1% (LOPES e SÁ, 1986: int.).

²⁴ Nos termos de um amigo chegado, “quando abordava os problemas políticos do nosso tempo, ou da nossa terra, nunca o fazia com a visão restrita dos que não têm, ou abdicaram da sua personalidade, vivendo agarrados a doutrinas ou a chefes” (*Ibidem*: 27).

que o poder político respeitasse a independência do poder judicial; e que futuramente se viesse a fixar um limite de idade para o exercício da magistratura, dado o desgaste inerente à profissão (*DANC*, Sessão n.º 48, 15.8.1911: 15).

Pela sucessão e teor das suas intervenções propriamente políticas depreende-se que estava disposto a ir longe na defesa da legitimidade do regime. A 21 de Julho, por exemplo, discutiram-se, na ordem do dia, medidas extraordinárias a tomar para combater focos insurreccionais e conspirativos contra a República. “Rouco, com má voz mas dicção correntia” – como registou um cronista da vida parlamentar (*MADUREIRA*, 1915: 324) – Serpa apoiou publicamente um projecto legislativo de Álvaro de Castro que permitia um reforço das defesas militares fronteiriças e a criação de um tribunal especial destinado ao julgamento dos crimes de conspiração, embora exigisse a salvaguarda do direito integral de defesa dos réus ali levados através do competente processo judicial. Por ele, disse, não gostava muito de leis de excepção; mas em circunstâncias especiais, em que estava em causa a segurança nacional, a legislação ordinária existente poderia de facto não chegar: “a lei geral é muito linda, como máxima jurídica, mas tem os seus quindins ao pôr-se em prática” (*DANC*, Sessão

n.º 27, 21.7.1911: 6-7; *MADUREIRA*, 1915: 324-326). Contudo, volvidos alguns dias, a 27 de Julho, quando se discutia matéria da sua especial predilecção – os direitos e garantias individuais a inscrever na Constituição – o seu rigorismo jurídico foi inflexível. Estava em análise a redacção do n.º 16 do art.º 3.º do projecto de texto constitucional. A formulação era: “Ninguém poderá ser preso sem culpa formada excepto nos casos taxativamente declarados na lei”. Serpa achou que isto era constitucionalmente vago, além de politicamente perigoso: qual seria a lei, e quem a faria, que regularia aqueles casos? Votou então a correcção, apresentada pelo deputado António Macieira, que viria a ser aceite na formulação final do parágrafo – que se substituiu à expressão “nos casos taxativamente declarados na lei” pela enumeração desses casos: “alta traição, falsificação de moedas, notas do banco nacional ou títulos da dívida externa, quebra fraudulenta, flagrante delito, fogo posto e burla” (*DANC*, Sessão n.º 32, 27.7.1911: 20-21; *MADUREIRA*, 1915: 410)²⁵.

Não era contudo um puro “afonsista”.

²⁵ A redacção final da Constituição ainda acrescentaria o “homicídio voluntário” e o “furto doméstico”. No dia seguinte a este debate, quando se discutiam os prazos a fixar para a incomunicabilidade dos detidos,

A ala mais radical do PRP não deve ter apreciado sobremaneira a tomada de posição de Serpa na sessão de 15 de Agosto. É sabido que a Constituição de 1911 consagrou o princípio, canónico nos Estados de direito, da separação tripartida dos poderes; mas é também sabido que, ao contrário do constitucionalismo monárquico, a ênfase republicana foi sempre posta no poder legislativo em detrimento do executivo, desenhando uma parlamentarização (porventura até excessiva) do regime destinada, muito claramente, a secundarizar e minorizar a figura e os poderes do Presidente da República²⁶. Talvez para tentar temperar esta parlamentarização, que desequilibrava a balança de poderes a favor dos representantes da nação, Serpa expressou o seu claro apoio à proposta, inicialmente redigida pelo deputado Sidónio Pais e com a qual nem todos concordavam, de que competiria ao Presidente da República seleccionar e nomear, de entre os ministros, o Presidente do Ministério (o Primeiro-Ministro), porque

“o Presidente deve escolher e escolher bem”, não deixando fora das suas mãos o controlo sobre a principal voz do governo (*DANC*, Sessão n.º 48, 15.8.1911: 11; MADUREIRA, 1915: 602)²⁷.

A Constituição foi unanimemente votada na sessão de 21 de Agosto (*DANC*, Sessão n.º 56, 21.8.1911: 12); quando chegou o dia 24 – penúltima sessão – Serpa votou em Manuel de Arriaga, e não em Bernardino Machado, na eleição para a Presidência da República. Bernardino era o candidato de Afonso Costa e da ala radical do PRP; Arriaga era o candidato do chamado “bloco” moderado, ou seja, da soma de sensibilidades à direita do “afonsismo” que não tardariam a organizar-se nos partidos evolucionista, de António José de Almeida, e unionista, de Manuel Brito Camacho. Contados os votos, Arriaga triunfou com 121 sufrágios; Bernardino Machado recolheu apenas 86 (*DANC*, Sessão n.º 59, 24.8.1911: 4-5; MADUREIRA, 1915: 684; *As Constituintes de 1911*: 501)²⁸.

Serpa afirmaria, como princípio geral, que a Constituição deveria sempre preservar todos “os verdadeiros direitos individuais” (*DANC*, Sessão n.º 33, 28.7.1911: 16).

²⁶ A Assembleia Constituinte chegou a realizar uma votação nominal sobre a simples existência de um Presidente da República no regime. A proposta a favor desse cargo venceu por 123 votos (entre eles o de

Machado de Serpa) contra 50 (v. *DANC*, Sessão n.º 42, 9.8.1911: 13).

²⁷ O princípio seria vertido no art.º 53.º da Constituição de 1911.

²⁸ Recorde-se que Manuel de Arriaga era natural da Horta, filho de uma família de fidalgos açorianos; não é improvável que Serpa também o apreciasse por causa disso.

Finalizados os trabalhos da Assembleia Constituinte, não houve eleições para a primeira legislatura ordinária da República. Tendo-se estabelecido uma estrutura bicameral para o poder legislativo (Câmara dos Deputados e Senado), os deputados e senadores da primeira legislatura do regime saíram directamente dos eleitos para a Constituinte, nos termos do art.º 84.º (“Disposições transitórias”) do próprio texto constitucional (ALMEIDA, 1998: 738). Assim, após um escrutínio especial para o efeito, ascenderam a senadores 71 dos 234 deputados da Constituinte; os restantes 163 constituíram a primeira Câmara dos Deputados da República. O total de 71 senadores correspondia a 3 por cada um dos 21 distritos do continente e ilhas, a que se somavam mais 8, um por cada uma das 8 colónias portuguesas; o único requisito especial para se ser senador era um mínimo etário de 35 anos (LOPES e SÁ, 1986: int.). Ordinariamente, a Câmara dos Deputados era eleita por três anos; o Senado por um período de seis, com a obrigatoriedade de ser renovado em metade dos seus membros todas as

vezes que se procedesse a eleições gerais de deputados²⁹.

Machado de Serpa foi um dos 71 nomes que transitou directamente da Assembleia Constituinte para o Senado (*DANC*, Sessão n.º 60, 25.8.1911: 15; *As Constituintes de 1911*: 506)³⁰, ali ocupando lugar na primeira legislatura do regime, que durou até ao início de 1915³¹. Seria eleito mais quatro vezes, sempre para o Senado, nas eleições gerais de 13 de Junho de 1915 (para o biénio de 1915-1917), de 11 de Maio de 1919 (para o biénio de 1919-1921), de 29 de Janeiro de 1922 (para o triénio de 1922-1925), e de 8 de Novembro de 1925 (para a legislatura que deveria ter terminado em finais de 1928, mas que o 28 de Maio de 1926, derrubando a I República, interrompeu abruptamente) (MARQUES, 2000: 37, 395; ALMEIDA, 1998: 744). A assiduidade de Serpa aos trabalhos do Senado ao longo destes anos (oito no total) foi-se espaçando. É possível que a idade e que a vida de açoriano deslocado em Lisboa tenham pesado; ou que o próprio curso político da I República, com os seus vários acidentes e a sua

²⁹ Arts. 22.º e 24.º da Constituição de 1911.

³⁰ Serpa foi eleito Senador com 173 votos; por curiosidade, também ascenderam a senadores os outros dois deputados do círculo da Horta, Goulart de Medeiros e Arantes Pedroso.

³¹ A legislatura deveria ter terminado no Verão de 1914; mas a eclosão da I Guerra Mundial e a necessidade, a partir de Novembro, de analisar a posição política do país perante o conflito obrigaram à reabertura das Câmaras e ao prolongamento da sessão legislativa de 1914.

crónica instabilidade, o tenha progressivamente tornado céptico e desalentado.

Em termos gerais, aliás, a relação do regime republicano com o arquipélago dos Açores foi-se deteriorando com o tempo. Inicialmente expectantes acerca dos benefícios que a mudança de regime em 1910 prometera, os açorianos vieram a perceber que o seu grande anseio de descentralização autonómica não seria bem acolhido. O PRP que chegou ao poder no 5 de Outubro já não era descentralizador ou federalista como o fora no período da propaganda; e tanto que na Constituição de 1911 o unitarismo centralista do Estado fez lei, suscitando, dali por diante, um recrudescimento do discurso regionalista dos ilhéus contra a “tirania” de Lisboa, havendo até quem começasse a lembrar, alimentando a oposição anti-republicana, que o decreto monárquico de Hintze Ribeiro, em 1895, fora bem mais prazenteiro para os interesses locais do que qualquer lei republicana (LEITE, 2008: 166-167; SILVA, 2009: 64)³². Por seu turno, em Lisboa, ou nada se

fez, depois de 1911, em prol da salvaguarda dos específicos interesses açorianos – porque muitas vezes a instabilidade em que o regime viveu paralisou qualquer reforma de fundo – ou, ainda pior, começou a haver uma clara desconfiança em relação ao eixo e ao discurso conservador-autonomista das ilhas, encarado como um separatismo pró-norte-americano que dissolvia a unidade nacional (CORDEIRO, 1995: 301; LEITE, 2008: 170)³³. Não foi seguramente um acaso que todas as viragens políticas à direita ou movimentos conservadores registados entre 1910 e 1926 tenham sido olhados com simpatia no arquipélago – começando na “ditadura” de Pimenta de Castro, em 1915, continuando no Sidonismo, em 1918, e terminando com o apoio, mais ou menos declarado, de muitas vozes locais ao advento da Ditadura Militar (LEITE, 2008: 170)³⁴.

Sendo um autonomista, embora não um puro conservador político, Machado de Serpa não deve ter ainda assim deixado de sentir, também ele, um crescente desencanto por um regime que tão fielmente servira na sua alvo-

³² Esta última autora lembra outro motivo de agravo dos Açores em relação à República, surgido, logo em inícios de 1911, quando o Governo Provisório decidiu extinguir o Tribunal da Relação sediado no arquipélago (*Ibidem*: 64).

³³ Incapaz de architectar um novo Código Administrativo descentralizador, a Repú-

blica limitou-se a elaborar, em 1913, uma lei transitória neste domínio; mas no fundo, nada de muito essencial mudou nas estruturas administrativas açorianas (v. LEITE, 2008: 167).

³⁴ Para o problema da relação entre os Açores e a República v., mais extensamente, CORDEIRO, 1999.

rada. Apesar das funções em Lisboa, sabe-se que não perdia uma oportunidade para regressar ao Faial, ou para aí se demorar, em estadas que ocupava “sentado no Largo do Infante” na companhia de amigos (GREAVES, 1948: 26). Era na Horta que se sentia bem porque eram os hortenses que

mais o estimavam³⁵. Segundo o jornal *O Telégrafo*, o seu nome terá sido “por mais de uma vez” falado para lugares ministeriais em Lisboa – mas a hipótese nunca se concretizou, precisando o periódico que Serpa teria “rejeitado” o(s) convite(s) (*O Telégrafo*, 4.1.1946).

5. O REGRESSO AOS AÇORES:

A FALA DAS NOSSAS GENTES E O JORNALISMO DE OPINIÃO

Com o fim da I República, derrubada pelo golpe militar de 28 de Maio de 1926, Machado de Serpa colocou um ponto final na sua vida pública, recolhendo-se “ao remanso do seu lar” (*Correio da Horta*, 18.12.1945), por entender que a partir daí, suspensas, e depois substituídas, as instituições da República por uma situação de ditadura militar, “o clima não corria propício à sua formação mental” (GREAVES, 1948: 27). Aos 62 anos, continuando solteiro, como sempre ficou, e sem filhos, ocupou o tempo da sua reforma lendo, investigando, conversando e ensinando. Estimava particularmente ver-se rodeado de estudantes, “que ganhavam luzes ao ouvi-lo, quando repousava o corpo, já

cansado, pelos bancos dos jardins da Horta. Ali exibia lições de coisas que os rapazes apreciavam, e as envolvia de um critério educativo, de conselhos prudentes e exemplos dignos de reter” (GREAVES, 1948: 40). A todos, novos ou velhos, conhecidos ou desconhecidos, franqueava as portas da sua casa, na freguesia das Angústias, e disponibilizava o seu gabinete de trabalho e a sua biblioteca, onde se misturavam manuais jurídicos, obras de ciência e literatura e muitos “doutores teólogos”, a que ele chamava “a herança de Coimbra” (*Correio da Horta*, 17.12.1946).

Durante os últimos anos de vida desenvolveu um particular interesse por investigações sobre o folclore

³⁵ Em Abril de 1914, em sessão camarária, foi unanimemente decidido rebaptizar o largo norte da cidade, que acabara então de ser terraplanado e arborizado, com o nome de “Avenida Senador Machado de Serpa”,

em homenagem ao “ilustre faialense” (v. *O Telégrafo*, 7.4.1914). Hoje, também na Madalena do Pico o seu nome está inscrito na toponímia local.

popular açoriano, sobre os costumes e as tradições locais e, sobretudo, pela língua – pelo falar das suas gentes, nas suas múltiplas especificidades e particularidades. Muitas destas investigações iam sendo publicadas, aqui e ali, em “linguados jornalísticos” com que colaborou para *O Telégrafo* ou o *Correio da Horta*. Para este último escreveu sobre “Vocabulário Regional” durante um ano, entre Março de 1940 e Março de 1941; para o primeiro escreveu mais tempo, pelo menos desde 1938 até praticamente à sua morte, em 1945, pequenos apontamentos, numa secção do periódico pertencente ao «Núcleo Cultural Manuel de Arriaga», ou amplas colunas, que chegavam a fazer primeiras páginas (SERPA, 1987: 9)³⁶.

Uma vasta amostra dessas colaborações jornalísticas dispersas foi finalmente publicada em 1987 por iniciativa da Câmara Municipal da Horta, num volume que recebeu o mesmo título dos “linguados jornalísticos” originais de Serpa – *A Fala das Nossas Gentes*. Esta edição póstuma per-

mite hoje um conhecimento sequencial e continuado do que, em vida do seu autor, era já apreciado peça a peça. No *In Memoriam* de 1948, Marcelino Lima declarava que *A Fala das Nossas Gentes* eram “páginas de bom quilate, do mais discernido portuquesismo”, uma “notável compilação de regionalismos filológicos, que constituem trabalho de boa consulta, precioso para a etnografia do distrito, e a todos os respeitos digno de ser arquivado em volume” (GREAVES, 1948: 16). No elogio fúnebre, o *Correio da Horta* lembrou que aqueles escritos não eram “entretenimento de pouca valia, como pensam aqueles que desconhecem a importância do folclore na história dos diversos povos” (*Correio da Horta*, 17.1.1946).

Recolhida em volume – como pedira Marcelino Lima já em 1948... – *A Fala das Nossas Gentes* é um *pot-pourri* de anotações filológicas, de usos e costumes populares, de modismos linguísticos e de vocabulário, entremeados de ironias, farpas e reflexões mais ou menos sérias³⁷.

³⁶ A criação do «Núcleo Cultural Manuel de Arriaga», no início de 1940, mereceu-lhe os mais rasgados elogios. Em primeiro lugar, porque era uma iniciativa que iria ter “benéficos reflexos neste escasso âmbito insular”, permitindo agregar e dinamizar forças intelectuais dispersas, “que devem informar, entre nós, um escol de mentalidades, evocativo da elite d’outrora”. Em segundo lugar,

porque levava o nome de Arriaga, natural do Faial, figura de “alargada e apurada cultura”, que tanto se “alteara” no reitorado da Universidade de Coimbra e na Presidência da República (*O Telégrafo*, 1.2.1940).

³⁷ Os títulos dos vários capítulos ou textos d’*A Fala das Nossas Gentes* são do mais diverso que se pode imaginar: “Bosquejo linguístico sobre os Impérios do Espí-

Nas suas composições, Machado de Serpa invocava estar a trabalhar na esteira de Leite de Vasconcelos ou da “doutíssima romanista” Carolina Michaelis de Vasconcelos (SERPA, 1987: 211). Mas pretextava, sobretudo, escrever livremente com o coração. O que ele chamava uma “simples apanha de termos, locuções e modismos de cor e sabor locais”, uma recolha de “alguns insulanismos ou contribuições dialectológicas do nosso povo” (SERPA, 1987: 17-18), era o alimento para afirmar, sentidamente, “sou ilhéu! Ilhéu de nascença e vivenda e, se dão licença, de fervida vocação bairrista”, e para deixar a sua homenagem à terra açoriana, “a nossa terra, que outra mais impressionista e impressível não cobre o azul celeste!” (SERPA, 1987: 17).

Sobre a língua portuguesa, seus usos, evolução e dinâmicas nos Açores, Serpa tinha uma visão que combinava um modernismo aberto ao que hoje se designaria interculturalidade com um portuguêsismo patriótico nunca desmentido. Não é paradoxal que assim fosse. Achava, por exemplo, que a importação de “americanismos” para

o falar açoriano não era uma mácula empobrecedora da integridade linguística. Bem ao contrário: dotava-o de “certa originalidade pitoresca, a atestar a fácil adaptação dos ilhéus à linguagem das gentes da estranha, com quem entretiveram convívio verbal mais ou menos apertado” (SERPA, 1987: 41-42). Dito isto, não deixava, no entanto, de criticar os “anti-regionalistas” que não gostavam dos localismos e do sotaque açoriano e que antes preferiam enfeitar o falar com “exóticas e estrambólicas francesias, convictos de que dest’ arte ficam sendo todos eles, por dentro e por fora, nada menos que uns autenticísimos... Eças de Queiroz” (SERPA, 1987: 216). A referência ao escritor oitocentista faz imaginar que Serpa talvez preferisse, em Eça, *A Cidade e as Serras* a *Os Maias*. Era por isso mesmo que ele admirava particularmente o portuguêsismo de outro grande escritor do século XIX, Camilo Castelo Branco: “não deixa o nosso Camilo de ser mestre de mestres lá porque, a cada passo, assabóra a sua prosa com uma farta condimentação provincial, sendo até que não pequena parte da

rito Santo”, “Ensino do dialecto distrital”, “Vocabulário regional”, “Americanismos populares”, “Corruptelas populares”, “O ‘falar’ político”, “Regionalismos de feição amoruda” (*sic*), “Algumas equivalências dialectais”, “Locuções regionais de sainete religioso”, “Gírias, alcunhas e dicções”,

“Terminologia agro-pecuária e meteorológica”, “Nomenclatura indumentária de antanho”, “Fraseado de invenção e vulgarização regionais”, “A variedade dialectal no conjunto vocabular”, “Vocabulário baileiro”, etc.

sua obra foi entretecida com materiais linguísticos da região minhota” (SERPA, 1987: 217).

Paralelamente a estes considerandos, havia outros, de cariz político e sócio-cultural. O “falar político” – o “politi-quês” dos nossos dias – definia-o Serpa, saborosamente, como “a pretensiosidade visível de tirar da panela lexicográfica nomes bonitos com um pauzinho” (SERPA, 1987: 90). Mas pena era, e mais a sério, que “a charneca do analfabetismo” se tivesse, desde sempre e na generalidade, “enraizado nestes rincões atlânticos, como aliás por todo esse Portugal fora”, como “uma caliginosa fenomenalidade” (SERPA, 1987: 148). E nem deixava de reparar, num curioso apontamento filológico ainda hoje pleno de actualidade, que o português – açoriano ou continental – tinha a mania dos diminutivos na oralidade: “a quase obrigatória desinência em ‘inho’ logra quebrar as arestas ou a dureza dos termos e, derivantemente, imprime certa suavidade atractiva ao falar, sem o temperar, todavia, de exagerado adoçamento à moda ‘di lá’, à moda brasileira. Parece que a variante diminutiva reflecte a congénita mansidão com que, por via de regra, entretecemos as nossas relações orais” (SERPA, 1987: 89).

À parte os apontamentos postumamente recolhidos n’*A Fala das Nossas Gentes*, Serpa foi também, no

ocaso da vida, um activo colunista de opinião n’*O Telégrafo*. Revelou-se, nessas páginas, um observador muito atento da realidade nacional e internacional e um comentador empenhado e até divertido do quotidiano faialense. No rescaldo das eleições legislativas de Outubro de 1938 (as segundas levadas a cabo pelo regime do Estado Novo), mostrou-se pessimista em relação ao que delas poderia advir. Não é que desvalorizasse o mecanismo representativo do voto; o problema é que como sempre, desde o caciquismo monárquico, passando pelo republicano e terminando na “lista única” salazarista, a eleição não representava nunca “a inteira e lídima expressão da vontade popular”, em razão “do atrasado civismo do eleitorado e de outros múltiplos factores de ordem mesológica, tradicional, económica e social”. Depois de se ter inventado, dizia, o telefone, a rádio ou a televisão, ainda ninguém “desenraiz[ara] da mioleira qualquer concepção que, para apuramento exacto da opinião pública, suplante os vários processos votativos e plebiscitários”. Serpa sabia, em todo o caso, que estava a escrever sobre matéria delicada – mas achava que “com o seu quê de tino na cabeça e de tento na língua tudo se pode escrever e dizer sem temor das tesouras censórias e das penas do inferno” (*O Telégrafo*, 4.11.1938).

A aproximação e a eclosão da II Guerra Mundial suscitaram-lhe várias e preocupadas crónicas. Em Abril de 1939, analisando as vozes e os interesses dos eixos Roma-Berlim e Paris-Londres, e as inconciliáveis diferenças entre “as místicas totalitárias e democráticas”, achava o conflito inevitável. “É ver, meditar e passar: através das ondas radiofónicas, chegam até nós a enredadura maquiavélica das chancelarias e as desmarcadas ambições e enraivecidas ameaças das grandes e hegemónicas potências”; e “se a gente deixa de escutar a Emissora [Nacional] para pegar nas gazetas que nos traz a mala postal, todas elas de fio a pavio cheiram a pólvora” (*O Telégrafo*, 22.4.1939). Em Outubro, já depois da invasão nazi da Polónia e do início das hostilidades, ou seja, depois de “estoirada a corda, inicialmente ensarilhada no Corredor de Danzig”, mostrava-se assustado com “o pavoroso incêndio a alastrar-se em vorazes labaredas por essa dementada Europa, e quem me diz que não por esse mundo fora”, ao mesmo tempo que elogiava a posição de neutralidade entretanto assumida pelo governo português. A neutralidade, dizia, era uma “doca acomodática”, que não exprimia “timidez” ou “medo”, mas “cautela” de povos que “acariciam de preferência os processos e realizações pacifistas”. Empregando linguagem popular, não era

“mal de asneira furtar o corpo ao manifesto tanto quanto possível”. Por isso, tinham andado bem “o piloto-mor da barra” (Salazar) e “o capitão da nau do Estado” (Carmona) na “manobra de ancoragem” àquela doca: “oxalá com o crescer da ventania e das vagas nos possamos aguentar nos ferros”. A neutralidade não devia ser contudo alheamento, mas “máxima vigilância”, mesmo que a guerra, “sob o aspecto propriamente bélico”, não tivesse ainda chegado às ilhas, a não ser pelo altíssimo preço a que começavam já a ser vendidos alguns géneros (como o sabão), ou pelo inusitado número de barcos que aportavam ao arquipélago. A terminar, ficava o voto de Serpa para que a Providência divina e as armas bafegassem enfim “uma das partes litigantes e beligerantes”. Qual delas? “Dizê-lo aqui em público seria infringir... a neutralidade” (*O Telégrafo*, 11.10.1939).

Serpa não confessava as suas simpatias em público mas não as escondia em privado. Aos amigos dizia temer a vitória nazi, e descrevia a germanização forçada da Polónia e de todos os países varridos pela *Blitzkrieg* alemã de 1939-40 como a progressão de “hordas de força tremenda, a pisar o solo alheio como o gado pisa o trigo nas eiras” – uma “avalanche irresistível” que ameaçava subjugar todo o continente e que, por isso mesmo, o

fazia simpatizar com a causa dos Aliados, do eixo Paris-Londres (GREAVES, 1948:38). A vitória das democracias, em 1945, escassos meses antes da sua morte, deve tê-lo deixado seguramente feliz.

Por entre as agruras da pré-guerra e da guerra, *O Telégrafo* (minguado em número de páginas pelas necessidades de racionamento de papel), recolhia também as suas notas sobre a vida local. O velho tribunal ao pé da Matriz suscitava a Serpa longínquas recordações do tempo “em que ali me gasiava a acusar e a empurrar para a cadeia certas gentes, mais ou menos taradas, que mal algum me haviam feito a mim”, mas que “o grave e austero cariz da justiça” tinha condenado (*O Telégrafo*, 12.5.1938). Um espectáculo no Teatro Faialense servia de pretexto para evocar a sua história e importância “numa terra de apoucado recenseamento de almas” e “a despeito do intrometimento conquistador do cinema o que, às vezes, chega a causar a sua ponta de ciúme às velhas artes” (*O Telégrafo*, 8.6.1938). Um escrito de um conterrâneo que evocava a nomenclatura colorida dada às ilhas (São Miguel, a “ilha verde”, Terceira, a “ilha lilás”, Faial, a “ilha azul”, e Pico, a “ilha negra”) provocou-lhe uma reacção bairrista em defesa da sua ilha natal do Pico. Chamar à “ilha montanha” a “ilha negra” era uma “desavisada e feia designa-

ção” contra a qual “lavrava veemente protesto”: “É que cumpre evitar deslustrantes confusões. Pedras negras, toponimicamente caracterizadas, são aqueles recantos d’África destinados ao degredo dos grilhetas da metrópole. Além de que, à primeira vista, “ilha negra” induz a crer que são gente de cor os seus moradores!” (*O Telégrafo*, 19.12.1938).

Em Maio de 1939, deixou um rasgado elogio à *Pan American Airways*, que se preparava para iniciar, “com regular e prefixo itinerário”, a exploração comercial “deste seu e nosso aeroporto”³⁸. O caso servia-lhe para louvar o espírito de iniciativa e de empreendedorismo dos Estados Unidos da América, “onde é tudo dito e feito, ou onde a concepção é pronta realização, não enredada na teia de mil empecilhos burocráticos e técnicos e de dificuldades sem conta que, por feito ou inata calacice, nós próprios criamos... para nada fazer!”. As ligações aéreas viriam “insuflar a esta depauperada terra novos alentos e consequentes aumentos” sobre “a minguada economia local”. Com mais gente – passageiros, forasteiros, viajantes e emigrantes de visita a casa – o Faial passaria doravante a ter boas hipóteses de se “categorizar interna-

³⁸O aeroporto mencionado por Machado de Serpa não é, obviamente, o actual aeroporto da Horta, inaugurado apenas em 1971.

cionalmente” (*O Telégrafo*, 6.5.1939). Em plena guerra, divertiu-o o entusiasmo suscitado por um desafio de futebol “no inacabado e belo estádio da Alagoa”. O desporto, e em particular a bola, eram coisas sadias e interessantes, porque “nesse momento histórico e pedibólico”, explicava ele, “ninguém dá ouvidos às charlas inflamadas do Primeiro da Grã-Bretanha ou dos ditadores do eixo ribaldeixo! Agora não se investiga sobre o número de navios afundados e bombardeiros e caças abatidos, nem se pergunta – quantos *raids* sobre Londres e Berlim? Agora apenas se indaga – quantos *goals*?” A conclusão serviria para os tempos actuais: “Desenganar: a bola é tudo, e o mais são cantigas com que ninguém se governa, ou tristezas que não pagam dívidas” (*O Telégrafo*, 20.3.1941).

Leitor atento das novidades locais, Serpa também elogiou publicamente os célebres *Anais do Município da Horta*, o livro mais conhecido do conhecido escritor Marcelino Lima, que ele considerava ser um “operoso açorianista”, “incontestado mestre na arte de reavivar e restaurar as antigualhas do seu burgo”. Sugeria mesmo que *O Telégrafo* transcrevesse de vez em quando “alguns dos passos mais expressivos e impressivos da obra”, ou que a Câmara Municipal da Horta distribuísse o livro para leitura e estudo nas escolas do concelho, pois o volume de Marcelino Lima condensava, com brilhantismo, “a história da ilha do Faial, desde o seu descobrimento até aos nossos dias, completa, minuciosa, metódica, limpa de erros e de superfluidades” (*O Telégrafo*, 3.5.1941)³⁹.

6. EPILOGO

José Machado de Serpa faleceu de nefrite crónica, a 17 de Dezembro de 1945, com 81 anos. Não tendo filhos, a herança foi para a única sobrinha viva, de seu nome Maria Serpa Serrão de Carvalho, filha de uma das suas irmãs, Germana Machado de Serpa. A sobrinha e herdeira tinha, ao tempo, 51 anos, e vivia em Rabaçal, no concelho de Penela, no continente. Serpa deixava-lhe o vencimento respeitante a 17 dias do mês de Dezem-

bro de 1945 (1.474 escudos), a casa onde vivera, na Rua Vasco da Gama, nas Angústias (dois andares com um pequeno quintal e cisterna, tudo no valor de 9.830 escudos), um outro imóvel situado na Rua de São Bento, na freguesia da Matriz, com jardim e quintal (avaliado em 20.000 escudos), as ruínas de uma casa situada nas

³⁹ Os *Anais do Município da Horta* tinham sido publicados em finais de 1940.

Escadinhas do Carmo, também na Matriz (300 escudos), e ainda alguns bens pessoais. Ao todo, a herança de Serpa totalizava 33.304\$26⁴⁰.

Era o que valia, na estrita óptica material, uma longa vida distribuída por três diferentes regimes políticos, vários espaços geográficos – o Pico, onde nascera, Coimbra, onde se formara, São Miguel ou as Flores, onde exerceu a magistratura, a Horta, onde viveu e onde foi juiz, governador civil e jornalista, e Lisboa, onde serviu a I República como deputado e senador no parlamento – e inúmeras ocupações, de profissão e de *hobby*. Na diversidade destas experiências, José Machado de Serpa nunca deixou, no entanto, de ser fiel às suas raízes de ilhéu. Como tantos outros, ele foi a

prova de que açorianidade é um lastro – não um peso, mas uma marca identitária – que acompanha até ao fim todos os naturais daquelas nove ilhas. No seu caso, a açorianidade foi uma marca existencial e discursiva que o motivou sempre a progredir pessoalmente, a servir o arquipélago e o país, a motivar os seus conterrâneos, os seus amigos e as gerações mais novas que gostavam de o ouvir. Talvez tenha sido essa a sua forma muito própria de lidar com o que ele mesmo definiu, quase no final da vida, como “a nossa melancolia de gentes abandonadas no meio do oceano imenso”, ou “este nosso constitucional esmorecimento chamado torpor açoriano” (*O Telégrafo*, 27.1.1939).

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1. FONTES:

Arquivo da Universidade de Coimbra [AUC]

Certidões de Idade – José Machado de Serpa (AUC-IV-1.^a D-5-2-68, Vol. 68, fl. 4-4v).

Petições de Matrícula, Direito, 1.^o Ano (1881-1882) (AUC-IV-1.^a D-10-3-79, aluno n.º 53).

Processos de Carta de Curso – Faculdade de Direito (AUC-IV-2.^a D-13-3-11, 3.^a Série, Cx. 81)

Arquivo Nacional da Torre do Tombo [ANTT]

Ministério do Reino, Livro 974 (Correspondência expedida, 1900-1924)

Ministério do Interior, Correspondência recebida dos Governos Civis (Horta, 1910-1911).

Imprensa

Correio da Horta, Horta, 1945, 1946.

⁴⁰Os dados relativos ao óbito e à herança foram-me fornecidos, a partir dos registos existentes na Horta, pelo Sr. Manuel Machado de Oliveira.

Diário da Assembleia Nacional Constituinte (DANC), Lisboa, Imprensa Nacional, 1911.

Fayalense (O), Horta, 1886.

Folha Insulana, Horta, 1888.

Telegrapho (O), Horta, 1910, 1911, 1914, 1938, 1939, 1940, 1941, 1945, 1946.

Obras de José Machado de Serpa

SERPA, José Machado de (1886) – *A Indústria Piscatória nas Ilhas Fayal e Pico*, Coimbra, Imprensa Académica.

SERPA, José Machado de (1889) – *Notícia sobre a Villa do Nordeste*, Ponta Delgada, Tipografia Popular.

SERPA, José Machado de (1987) – *A Fala das Nossas Gentes*, Ponta Delgada, Brumarte. Cooperativa de Imprensa e Publicidade.

2. BIBLIOGRAFIA:

ALMEIDA, Pedro Tavares de (org.) (1998) – *Legislação Eleitoral Portuguesa, 1820-1926*, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros, Imprensa Nacional Casa da Moeda.

ARRUDA, Luís Manuel (s.d.) – «Serpa, José Machado de», in *Enciclopédia Açoriana*, ed. electrónica in <http://pg.azores.gov.pt/drac/cca/enciclopedia/index.aspx> [consultado em 3 de Setembro de 2009].

As Constituintes de 1911 e os Seus Deputados. Obra compilada e dirigida por um antigo oficial da secretaria do Parlamento, Lisboa, Livraria Ferreira, 1911.

CORDEIRO, Carlos Alberto (1995) – «Regionalismo e anti-republicanismo, 1910-1918», in *Arquipélago – História. Revista da Universidade dos Açores*, Vol. I, n.º 2, pp. 281-315.

CORDEIRO, Carlos Alberto (1999) – *Nacionalismo, Regionalismo e Autoritarismo nos Açores durante a I República*, Lisboa, Salamandra.

CORDEIRO, Carlos Alberto (2004) – «Nacionalismo e cultura política nos Açores de finais de oitocentos à primeira Guerra Mundial», in *O Tempo de Manuel de Arriaga. Actas do Colóquio organizado pelo Centro de História da Universidade de Lisboa e pela Associação dos Antigos Alunos do Liceu da Horta* (coord. de Sérgio Campos Matos), Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa e Associação dos Antigos Alunos do Liceu da Horta, pp. 93-106.

GREAVES, Manuel (1948) – *In Memoriam. José Machado de Serpa. Colectânea de originais e extractos da imprensa sobre a figura do ilustre açoriano*, Horta, Edição do Autor.

GREAVES, Manuel (1958) – *Outras histórias que ouvi. Obra póstuma*, Horta, Edição da Família do Autor.

JOÃO, Maria Isabel (2004) – «Economia e Sociedade Açorianas em Meados do Século XIX», in *O Tempo de Manuel de Arriaga. Actas do Colóquio organizado pelo Centro de História da Universidade de Lisboa e pela Associação dos Antigos Alunos do Liceu da Horta* (coord. de Sérgio Campos Matos), Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa e Associação dos Antigos Alunos do Liceu da Horta, pp. 75-92.

LAPA, Albino (1962) – *Governadores Cívicos de Portugal*, Lisboa, Gráfica Santelmo.

LEITE, José Guilherme Reis (1994) – *Política e Administração nos Açores de 1890 a 1910. O 1.º Movimento Autonomista*, Dissertação de Doutoramento, 2 Vols., Angra do Heroísmo, Universidade dos Açores.

- LEITE, José Guilherme Reis (2008) – «Os acertos da governação, a ilusão da autonomia e a continuidade do divisionismo (1895-1976)», in *História dos Açores. Do Descobrimento ao Século XX* (coord. de Artur Teodoro de Matos, Avelino de Freitas de Meneses e José Guilherme Reis Leite), Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2.º Vol., pp. 159-184.
- LIMA, Marcelino (1940) – *Anais do Município da Horta. Ilha do Faial*, Famalicão, Oficinas Gráficas Minerva.
- LOPES, Maria Teresa; SÁ, Maria Marques de (1986) – *Exposição Comemorativa do 75.º Aniversário da Assembleia Nacional Constituinte de 1911*, Lisboa, Assembleia da República.
- MADUREIRA, Joaquim (1915) – *A Forja da Lei. A Assembleia Constituinte em notas a lápis*, Coimbra, França Amado Editor.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (coord.) (2000) – *Parlamentares e Ministros da 1.ª República: 1910-1926*, Porto, Edições Afrontamento/Assembleia da República.
- MATOS, Paulo Lopes; SILVA, Susana Serpa (2008) – «Oscilações populacionais, grupos e comportamentos sociais (1836-1895)», in *História dos Açores. Do Descobrimento ao Século XX* (coord. de Artur Teodoro de Matos, Avelino de Freitas de Meneses e José Guilherme Reis Leite), Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2.º Vol., pp. 83-120.
- MENESES, Avelino de Freitas de (2007) – «A Ilha do Pico. A antítese da história dos Açores», in *O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX. Actas do IV Colóquio*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, pp. 647-653.
- PEREIRA, António Manuel (1959) – *Governantes de Portugal desde 1820 até ao Dr. Salazar*, Porto, Livraria Simões Lopes.
- PEREIRA, João Manuel Esteves; RODRIGUES, Guilherme (1912) – «Serpa, José Machado de», in *Portugal. Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico*, Lisboa, João Romano Torres & C.ª, Vol. VI, p. 828.
- RAVARA, António Pinto (1981) – «Acerca das eleições de 1911», in *Clio* (Revista do Centro de Estudos de História da Universidade de Lisboa), Vol. 3, pp. 127-151.
- REBELO, Ernesto (1887) – *Notas Açoreanas*, 3.º Vol., Ponta Delgada, Tipografia do Archivo dos Açores.
- RIBEIRO, Fernando Faria (2007) – *Em dias passados. Figuras, instituições e acontecimentos da história faialense*, Horta, Núcleo Cultural da Horta.
- ROCHA, Gilberta Pavão Nunes (2008) – «O crescimento da população e os novos destinos da emigração», in *História dos Açores. Do Descobrimento ao Século XX* (coord. de Artur Teodoro de Matos, Avelino de Freitas de Meneses e José Guilherme Reis Leite), Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2.º Vol., pp. 265-305.
- SILVA, Susana Serpa (2009) – «“Saúde e Fraternidade”: ao serviço da República nos Açores», in *Comunicação & Cultura*, n.º 8, Lisboa, Centro de Estudos de Comunicação e Cultura da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa/BonD, pp. 47-69.
- SUPICO, Francisco Maria (1864) – *Almanaque do Arquipélago dos Açores, estatístico, histórico, recreativo e noticioso para 1865*, Ponta Delgada, Tipografia da Persuasão.